



UFOP
Universidade Federal
de Ouro Preto

Universidade Federal de Ouro Preto
Escola de Minas – Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Érika Kazumi Higashie



**REABILITAÇÃO ARQUITETÔNICA DO
INSTITUTO CULTURAL NIPO BRASILEIRO DE CAMPINAS**

Ouro Preto

2019

ÉRIKA KAZUMI HIGASHIE

**REABILITAÇÃO ARQUITETÔNICA DO
INSTITUTO CULTURAL NIPO BRASILEIRO DE CAMPINAS**

Trabalho Final de Graduação (2ª etapa)
apresentado ao curso de Arquitetura e Urbanismo
da Universidade Federal de Ouro Preto, para a
obtenção do grau de Bacharel em Arquitetura e
Urbanismo.

Orientador: Prof. Clécio Magalhães do Vale

Ouro Preto

2019



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal de Ouro Preto
Escola de Minas
Departamento de Arquitetura e Urbanismo



ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Em 13 de dezembro de 2019, reuniu-se a banca examinadora do trabalho apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso Arquitetura e Urbanismo da Escola de Minas da UFOP, intitulado: **REABILITAÇÃO ARQUITETÔNICA DO INSTITUTO CULTURAL NIPO BRASILEIRO DE CAMPINAS**, do aluno(a) **ÉRIKA KAZUMI HIGASHIE**.

Compuseram a banca os professores(as) **CLÉCIO MAGALHÃES DO VALE**, **NATÁLIA LELIS TORRES**, **POLYANA PEREIRA COELHO**. Após a exposição oral, o(a) candidato(a) foi arguido(a) pelos componentes da banca que reuniram-se reservadamente, e decidiram,

APROVAR com a nota 7,0

Orientador(a)

Avaliador 1

Avaliador 2

Resumo

Construções reabilitadas buscam a valorização do edifício existente, reformulando o objeto para as novas necessidades que surgem tempos após a sua construção original, apresentando soluções estratégicas a problemas urbanos, arquitetônicos e socioeconômicos, adaptando o edifício aos novos usos e públicos. A definição de reabilitação de edifícios tem evoluído nos últimos tempos, de forma que os elementos reabilitados se contrapõem como alternativa a lógica progressista da construção, podendo contribuir para requalificação das áreas inseridas e potencialização do edifício reabilitado. O estudo aqui proposto discute um apanhado geral sobre os espaços coletivos e a vivência urbana, com reflexões sobre espaços de lazer nas cidades, além de analisar sobre a caracterização atual e histórica do Instituto Cultural Nipo Brasileiro de Campinas, um edifício existente no município de Campinas – SP, a fim de elaborar o estudo preliminar de reabilitação do instituto, tendo em vista que reabilitação de edifícios existentes se apresenta como alternativa consciente sobre arquitetura de baixo impacto com melhor desempenho.

Palavras chave: reabilitação; arquitetura; potencialização; espaços coletivos; instituto cultural.

Lista de Figuras

Figura 1 - Fachada do ICNBC – Sede Social. Fonte: Produzida pela Autora. Data: 05/11/2018.....	13
Figura 2 - Fachada do ICNBC – Ginásio Poliesportivo. Fonte: Produzida pela Autora. Data 05/11/2018.....	13
Figura 3 - Fachada do ICNBC – Sede Social. Fonte: Produzida pela Autora. Data: 05/11/2018.....	13
Figura 4 - Fachada do ICNBC - Portão. Fonte: Produzida pela Autora. Data 05/11/2018.	13
Figura 5 - Vista interna ao CCSP. < https://www.archdaily.com.br/br/872196/classicos-da-arquitetura-centro-cultural-sao-paulo-eurico-prado-lobes-e-luiz-telles?ad_medium=gallery > Acesso: 24 /09/2019.	22
Figura 6 - Vista panorâmica do CCSP. Autoria: Harrell, T. M. 2009. < http://thomazharrellphotography.blogspot.com/2009/04/novas-panoramicas-do-centro-cultural-de.html > Acesso em: 24/09/2019.....	22
Figura 7 - Croquis de relação dos materiais. Arquivo Luis Telles. < https://www.archdaily.com.br/br/872196/classicos-da-arquitetura-centro-cultural-sao-paulo-eurico-prado-lobes-e-luiz-telles?ad_medium=gallery > Acesso: 24 /09/2019.....	23
Figura 8 - Croqui do CCSP. < https://www.archdaily.com.br/br/872196/classicos-da-arquitetura-centro-cultural-sao-paulo-eurico-prado-lobes-e-luiz-telles?ad_medium=gallery > Acesso: 24 /09/2019.	23
Figura 9 - Vista para fechamento em vidro e pátio interno. < http://portaleditora.com.br/centro-cultural-sao-paulo/ > Acesso em: 02/12/2019.....	24
Figura 10 - Espaços livres para leitura e informação. < https://www.archdaily.com.br/br/872196/classicos-da-arquitetura-centro-cultural-sao-paulo-eurico-prado-lobes-e-luiz-telles?ad_medium=gallery > Acesso: 24/09/2019.....	24
Figura 11 - Fachada do Japan House São Paulo. < https://www.arcoweb.com.br/projetodesign/arquitetura/kengo-kuma-e-fgmf-arquitetos-japan-house-sp > Acesso: 24/09/2019.....	25
Figura 12 – Espaço multimídia que divide o ambiente com loja de produtos japonês ao fundo da imagem. < https://www.japanhouse.jp/saopaulo/visit/MultimediaSpace.html > Acesso em: 02/12/2019.....	25
Figura 13 – Restaurante com mínimo de elementos. < https://www.japanhouse.jp/saopaulo/restaurante/index.html > Acesso: 02/12/2019.....	25
Figura 14 – Vista para a praça interna do Japan House São Paulo. < https://www.arcoweb.com.br/projetodesign/arquitetura/kengo-kuma-e-fgmf-arquitetos-japan-house-sp > Acesso: 24/09/2019.....	27
Figura 15 – Vista da praça interna para a entrada do Japan House São Paulo. < https://www.arcoweb.com.br/projetodesign/arquitetura/kengo-kuma-e-fgmf-arquitetos-japan-house-sp > Acesso: 24/09/2019.....	27
Figura 16 - Planta Baixa pavimento térreo. < https://www.arcoweb.com.br/projetodesign/arquitetura/kengo-kuma-e-fgmf-arquitetos-japan-house-sp > Acesso: 02/12/2019.....	28

Figura 17 - Planta Baixa primeiro pavimento. < https://www.arcoweb.com.br/projetodesign/arquitetura/kengo-kuma-e-fgmf-arquitetos-japan-house-sp > Acesso: 02/12/2019.....	28
Figura 18 - Planta Baixa segundo pavimento. < https://www.arcoweb.com.br/projetodesign/arquitetura/kengo-kuma-e-fgmf-arquitetos-japan-house-sp > Acesso: 02/12/2019.....	29
Figura 19 - Localização de São Paulo - RMC - Campinas - Jd Guanabara. Fonte: elaborado pela Autora.	33
Figura 20 - Pirâmide etária da população de Campinas - SP - 1991. Fonte: PNUD, IPE E FJP. Acesso: 01/12/2019.	34
Figura 21 - Pirâmide etária da população de Campinas - SP - 2000. Fonte: PNUD, IPE E FJP. Acesso: 01/12/2019.	34
Figura 22 - Pirâmide etária da população de Campinas - SP - 2010. Fonte: PNUD, IPE E FJP. Acesso: 01/12/2019.	34
Figura 23 - Taxa de mortalidade infantil. Fonte: IBGE, 2017. Acesso: 01/12/2019.....	35
Figura 24 - Planta da Malha Urbana de Campinas em 1929. Fonte:< https://www.researchgate.net/figure/FIGURA-7-PLANTA-DA-MALHA-URBANA-DA-CIDADE-DE-CAMPINAS-EM-1929_fig6_242680107 > Data: 01/12/2019.	36
Figura 25 - Mapa de localização do macrozoneamento inserido. Fonte: elaborado pela Autora.	37
Figura 26 - Mapa localização via imagem de satélite, com o instituto e principais vias do entorno demarcadas. Fonte: produzida pela Autora. Data: 02/12/2019.	38
Figura 27 - Mapa de Zoneamento. Fonte: SEPLURB - Prefeitura Municipal de Campinas adaptada pela Autora. Data: 02/12/2019.	39
Figura 28 - Praça das Cerejeiras de Gifu. Fonte: Produzido pela Autora. 02/11/2018.	40
Figura 29 - Praça das Cerejeiras de Gifu. Fonte: Produzido pela Autora. 02/11/2018.	40
Figura 30 - Praça Hideyo Noguchi. Fonte: Produzido pela Autora. 02/11/2018.	40
Figura 31 - Praça Hideyo Noguchi vista pela esquina da rua Camargo Paes com rua Engenheiro Cândido Gomide. Fonte: Produzido pela Autora. 02/11/2018.....	40
Figura 32 - Vista da rua Engenheiro Cândido Gomide para esquina com Rua Camargo Paes . Fonte: Produzido pela Autora. 02/11/2018.....	41
Figura 33 – Vista do entorno na rua Engenheiro Cândido Gomide. Fonte: Produzido pela Autora. 02/11/2018.....	41
Figura 34 - Vista da rua Engenheiro Cândido Gomide para esquina com Rua Camargo Paes . Fonte: Produzido pela Autora. 02/11/2018.....	41
Figura 35 – Vista do entorno na rua Engenheiro Cândido Gomide. Fonte: Produzido pela Autora. 02/11/2018.....	41
Figura 36 - Praça das Cerejeiras de Gifu na esquina. Fonte: Produzido pela Autora. 02/11/2018.....	42
Figura 37 – Vista da Rua Camargo Paes. Fonte: Produzido pela Autora. 02/11/2018.	42
Figura 38 – Lote que separa o ICNBC da Praça das Cerejeiras de Gifu. Fonte: Produzido pela Autora. 02/11/2018.....	42
Figura 39 – Vista da Rua Camargo Paes. Fonte: Produzido pela Autora. 02/11/2018.	42
Figura 40 - Mapa de espaços potenciais na proximidade. Fonte: SEPLURB - Prefeitura Municipal de Campinas, adaptado pela Autora. Data: 02/12/2019.	43
Figura 41: Fachada da sede social ICNBC. Fonte: produzida pela Autora. Data: 5/11/2018..	45

Figura 42: Fachada do conjunto do Ginásio Poliesportivo do ICNBC. Fonte: produzida pela Autora. Data: 5/11/2018.	46
Figura 43 - Planta Baixa Antiga - SUBSOLO. Fonte: produzido pela Autora.	47
Figura 44 - Diagrama sobre as funções do Instituto. Fonte: produzido pela Autora.	48
Figura 45 - Subsolo da Sede Social com área de treino de judô. Fonte: Produzida pela Autora. Data: 03/11/2018.	49
Figura 46 - Subsolo da Sede Social e salas de aulas. Fonte: Produzida pela Autora. Data: 03/11/2018.	49
Figura 47 - Planta Baixa Antiga - TÉRREO. Fonte: produzido pela Autora.	49
Figura 48 - Antiga Cozinha principal da Sede, atualmente utilizado como local de café e apoio nos eventos do instituto. Fonte: produzidas pela Autora. Data: 03/11/2018.	50
Figura 49 - Recepção e administração da sede social. Fonte: produzidas pela Autora. Data: 03/11/2018.	50
Figura 50 - Vista ao palco do auditório da sede social. Fonte: Produzida pela Autora. Data: 03/11/2018.	50
Figura 51 - Vista ao palco a partir da coxia. Fonte: Produzida pela Autora. Data: 03/11/2018.	50
Figura 52 - Local onde havia escada caracol, ao lado do palco. Fonte: Produzida pela Autora. Data: 03/11/2018.	51
Figura 53 - vista camarim. Fonte: Produzida pela Autora. Data: 03/11/2018.	51
Figura 54 - vista mezanino. Fonte: Produzida pela Autora. Data: 03/11/2018.	51
Figura 55 - Sala de reunião. Fonte: Produzida pela Autora. Data: 03/11/2018.	51
Figura 56 - Sala da presidência. Fonte: Produzida pela Autora. Data: 03/11/2018.	52
Figura 57 - Almoxarifado. Fonte: Produzida pela Autora. Data: 03/11/2018.	52
Figura 58 - Brechó. Fonte: Produzida pela Autora. Data: 03/11/2018.	52
Figura 59 - Espaço para leitura. Fonte: Produzida pela Autora. Data: 03/11/2018.	52
Figura 60 - Planta Baixa Antiga - 1º PAVIMENTO. Fonte: produzido pela Autora.	53
Figura 61 - Planta Baixa Antiga - 2º PAVIMENTO. Fonte: produzido pela Autora.	53
Figura 62 - Vista da rama a partir da observação pelo lado da sede social. Fonte: Produzida pela Autora. Data: 03/11/2018.	54
Figura 63 - Vista da passagem improvisada do lado da sede social, abaixo da rampa. Fonte: Produzida pela Autora. Data: 03/11/2018.	54
Figura 64 - Vosta dos fundos dos edifícios observados partir da rampa. Fonte: Produzida pela Autora. Data: 03/11/2018.	54
Figura 65 - Escada de incêndio. Fonte: Produzida pela Autora. Data: 03/11/2018.	55
Figura 66 - Escada de circulação comum vertical apresentam rachaduras. Fonte: Produzida pela Autora. Data: 03/11/2018.	55
Figura 67 - escada inserida posterior a construção para o acesso da parte do edifício que foi ampliada. Fonte: Produzida pela Autora. Data: 03/11/2018.	55
Figura 68 - escada inserida posterior a construção para o acesso da parte do edifício que foi ampliada. Fonte: Produzida pela Autora. Data: 03/11/2018.	55
Figura 69 - acesso ao nível térreo do ginásio. Fonte: Produzida pela Autora. Data: 03/11/2018.	56
Figura 70 - Portão eletrônico para o acesso ao estacionamento aberto. Fonte: Produzida pela Autora. Data: 03/11/2018.	56

Figura 71 - Portão para o acesso ao estacionamento do subsolo. Fonte: Produzida pela Autora. Data: 03/11/2018.	56
Figura 72 - Rampa de acesso para o nível térreo instalado de modo adaptativo. Fonte: Produzida pela Autora. Data: 03/11/2018.	56
Figura 73 - vista do estacionamento. Fonte: Produzida pela Autora. Data: 03/11/2018.	57
Figura 74 - Espaço residual do estacionamento aproveitado para apoio aos eventos do instituto. Fonte: Produzida pela Autora. Data: 03/11/2018.	57
Figura 75 - Cozinha da parte interna ao estacionamento. Fonte: Produzida pela Autora. Data: 03/11/2018.	57
Figura 76 - Cozinha subsolo. Fonte: Produzida pela Autora. Data: 03/11/2018.	57
Figura 77 - Sauna Molhada. Fonte: Produzida pela Autora. Data: 03/11/2018.	58
Figura 78 - Sauna seca. Fonte: Produzida pela Autora. Data: 03/11/2018.	58
Figura 79 - Tabela de atividades oferecidas, por grupos de atividades e modalidades. Fonte: Produzida pela Autora.	59
Figura 80: Tabela de atividades e cursos oferecidos atualmente no ICNBC. Fonte: Produzida pela Autora.	61
Figura 81 - Diagrama representativo da área de intervenção. Fonte: produzida pela Autora. .	64
Figura 82 - Diagrama representativo da área de intervenção com diferença de nível de implantação destacada. Fonte: produzida pela Autora.	65
Figura 83 - Diagrama representativo da área de intervenção – usos e circulação – nível subsolo. Fonte: produzida pela Autora.	66
Figura 84 - Diagrama representativo da área de intervenção – usos e circulação – nível térreo. Fonte: produzida pela Autora.	67
Figura 85 - Diagrama representativo da área de intervenção – usos e circulação – nível 1º pavimento. Fonte: produzida pela Autora.	68
Figura 86 - Diagrama representativo da área de intervenção – usos e circulação – nível 2º pavimento. Fonte: produzida pela Autora.	69
Figura 87 - Diagrama representativo da área de intervenção – problemáticas –. Fonte: produzida pela Autora.	70
Figura 88 - Diagrama representativo da área de intervenção – processo –. Fonte: produzida pela Autora.	71
Figura 89 - Diagrama representativo da área de intervenção – processo –. Fonte: produzida pela Autora.	72
Figura 90 - Diagrama representativo da área de intervenção – processo –. Fonte: produzida pela Autora.	73
Figura 91 - Vista do novo platô criado com transição entre os níveis, com rampas para acessibilidade e escadas arquibancadas. Fonte: produzida pela Autora.	73
Figura 92 - Vista para nova área coletiva do restaurante, criado com afastamento da face do edifício e repartição do solo. Fonte: produzido pela Autora.	74
Figura 93 - Corte esquemático das funções - ICNBC antes da intervenção. Fonte: produzida pela autora.	74
Figura 94 - Corte esquemático das funções - ICNBC depois da intervenção. Fonte: produzida pela autora.	74
Figura 95 - Diagrama de novos acessos. Fonte: produzida pela Autora.	75
Figura 96 - Diagrama – possíveis contatos com vegetação. Fonte: produzida pela Autora.	75
Figura 97 - Diagrama – tratamento das fachadas. Fonte: produzida pela Autora.	76

Figura 98 - Diagrama – espaço coletivo de uso público. Fonte: produzida pela Autora.....	76
Figura 99 - Diagrama – programas agregadas. Fonte: produzida pela Autora.....	77
Figura 100 - Vista para Espaço Cultura e Café que compartilham o mesmo espaço externo. Fonte: produzido pela Autora.	77
Figura 101 - Planta Baixa Reabilitada - SUBSOLO. Fonte: produzido pela Autora.	78
Figura 102 - Vista dos novos espaços coletivos criados por vão livres de afastamento de fachadas. Fonte: produzida pela Autora.	79
Figura 103 - Vista do vão livre do Espaço Cultura e Café. Fonte: produzido pela Autora.....	79
Figura 104 - Planta Baixa Reabilitada - TÉRREO. Fonte: produzido pela Autora.....	80
Figura 105 – Vista proposta Instituto reabilitado. Fonte: produzido pela Autora.....	81
Figura 106 - - Planta Baixa Reabilitada - 1º PAVIMENTO. Fonte: produzido pela Autora. ..	82
Figura 107 - Planta Baixa Reabilitada - 2º PAVIMENTO. Fonte: produzido pela Autora.....	83
Figura 108 - Fachada final da proposta de reabilitação do Instituto. Fonte: produzido pela Autora.	84
Figura 109 - Plantas de demolição e construção, pavimentos subsolo, térreo, 1º pavimento e 2º pavimento. Fonte: produzida pela Autora.	86

Sumário

Resumo	4
Lista de Figuras	5
Sumário.....	10
Introdução.....	11
Objetivos.....	14
Metodologias	15
Capítulo I - O espaço coletivo e a vivência urbana	16
1.1 Espaços de uso coletivo	17
1.2 Conexão urbana	18
1.3 Espaços culturais e de lazer na cidade contemporânea.....	20
1.3.1 Definição	20
1.3.2 Histórico: Centros Culturais.....	21
Capítulo II – Referências projetuais	22
2.1 Centro Cultural de São Paulo - CCSP.....	22
2.2 Japan House São Paulo	25
Capítulo III – Contextualização histórica	30
3.1 Imigração japonesa para o Brasil.....	30
3.2 Campinas e imigração japonesa.....	31
Capítulo IV – O Instituto Cultural Nipo Brasileiro de Campinas.....	33
4.1 Diagnóstico geral	33
4.2 Bairro Jardim Guanabara	36
4.3 Legislação urbana vigente.....	37
4.4 Diagnóstico da área com o entorno.....	39
Capítulo V – Levantamentos	45
5.1 Levantamento e análise das condições físicas e estruturais do Instituto	45
5.1 Levantamento e análise das condições funcionais.....	58
Capítulo VI – Proposta de reabilitação do Instituto	63
6.1 O partido	63
6.2 Projeto final.....	75
Considerações Finais	87
Referências	89

Introdução

O presente trabalho vem contribuir para discussão acerca da reabilitação de um espaço cultural que perpassa os limites do uso público e privado, conectando-se à cidade direta ou indiretamente e refletindo sobre o tema de acesso aos espaços públicos ainda que inserido na propriedade privada.

A reabilitação de um edifício já existente busca reafirmar o valor de uso pela capacidade que se tem de se apropriar dos usos da cidade, se contrapondo à lógica industrial de implosão das cidades que se destroem para se criar espaços novos e em maior quantidade (LEFEVBRE, 2001), nos quais não se pode escapar dos impactos ambientais. A importância em ressignificar os espaços já construídos faz relação com a preocupação de uma cidade sustentável e consciente, procurando alternativas a demolições e construções de ambientes novos sem considerar os problemas urbanos, arquitetônicos e socioeconômicos.

Construções reabilitadas buscam a valorização do edifício existente, reformulando o objeto para as novas necessidades que surgem tempos após a sua construção original. Possuem a capacidade de melhor atender às demandas surgidas no local, apresentando uma arquitetura de baixo impacto com melhor desempenho, abrangendo uma maior diversidade de públicos e de usos, podendo requalificar a área urbana inserida.

Segundo o Consulado Geral do Japão no Estado de São Paulo, o Brasil conta atualmente com 1,5 milhões de habitantes descendentes de japoneses em seu território, sendo que a segunda maior concentração de japoneses está em sul e sudeste do Brasil. Somente o estado de São Paulo reúne cerca de 50 mil descendentes de origem japonesa (IBGE, 2008). Isto indica que o estado possui diversidade cultural e uma das maiores é do Japão. A população descendente de japoneses representa um grupo que vivenciou o processo de êxodo rural, oriundo do interior do Estado de São Paulo (SP), destino inicial dos primeiros imigrantes. Segundo o censo demográfico do IBGE de 2000, Campinas (interior de SP) possuía 969.396 habitantes neste ano. Destes, a parcela populacional que consistia em japoneses estrangeiros ou naturalizados brasileiros eram 897. A cultura japonesa é bastante presente e popular na cidade, sendo buscado pelos seus descendentes ou por aqueles que tiveram o interesse despertado pela cultura nipônica.

Fundado em 1951, o Instituto Cultural Nipo Brasileiro de Campinas (ICNBC) se propõe divulgar e unir a cultura do Japão à comunidade japonesa e ao público interessado. Atualmente o Instituto sedia diversos eventos de importância sociocultural na cidade,

entretanto, devido ao crescimento da cidade e gradativo desgaste, o espaço está subutilizado e realiza os eventos de modo adaptado pela incapacidade de abrigar todo o público que se pretende receber.

Através do estudo das dinâmicas urbanas, levantamento de necessidades, problemáticas físicas e arquitetônicas, legislações específicas e condições ambientais do ICNBC, este estudo resulta em uma pesquisa que articula teoria com prática projetual para a produção de um novo olhar e conceito para Centro Cultural Nipo Campinas, pretendendo alcançar o objetivo de entender a dinâmica do seu funcionamento e potencializar o seu uso, de forma a reabilitar o equipamento já existente para melhorar a sua relação com a conexão urbana através da proposta de novas estratégias arquitetônicas de uso e ocupação.

O Instituto Cultural Nipo Brasileiro de Campinas localiza-se no bairro Jardim Guanabara de Campinas, São Paulo. Sendo próximo à Avenida Barão de Itapura, o eixo principal que compõe o bairro, o Instituto está numa localização privilegiada e apresenta um grande porte na região inserida. Porém, o Instituto carece de apropriação pelos moradores locais, os quais enfrentam bloqueio visual na primeira impressão do instituto devido ao cercamento alto e fachada não permeável, além da incompatibilidade dos espaços oferecidos, os quais obrigam seus usuários/associados a praticarem suas atividades de modo adaptado.

Apesar de subutilizado o Instituto é uma oportunidade para potencialização urbana da área, visto que é base de importantes eventos culturais nipônicas da cidade, além de ter o prestígio e afeto da população. O equipamento se propõe a ser um Instituto de referência de propagação e preservação da cultura japonesa aos descendentes e a sociedade em geral, embora seu acesso seja restrito por meio de associação obrigatória.

Apesar da existência de uma grande comunidade descendente dos imigrantes japoneses na cidade, tal parcela da população não possui o acesso pleno ao Instituto que se propõe justamente a divulgar e preservar a sua cultura, o que somado à falta de preocupação com conforto e acessibilidade da construção, além da demanda por área de cultura e lazer do entorno, justifica a escolha em reabilitar um equipamento já existente, para que sejam propostas novas dinâmicas espaciais capazes de reativar e potencializar o seu uso e apropriação.

Assim, avalia-se que nesse trabalho a hipótese de que a reabilitação arquitetônica por meio de soluções que valorizam o edifício já existente, ajustando-se para as novas necessidades e melhorando as condições do ambiente interno e externo do ICNBC, possa contribuir para revitalização urbana da área (segurança, ambiência, mobilidade urbana, bem-

estar social, entre outros), capacitando a apropriação e potencialização do Instituto pela comunidade Japonesa e população em geral, articulando ali um equipamento cultural de uso efetivo pela comunidade.



Figura 1 - Fachada do ICNBC – Sede Social. Fonte: Produzida pela Autora. Data: 05/11/2018.



Figura 2 - Fachada do ICNBC – Ginásio Poliesportivo. Fonte: Produzida pela Autora. Data 05/11/2018.



Figura 3 - Fachada do ICNBC – Sede Social. Fonte: Produzida pela Autora. Data: 05/11/2018.



Figura 4 - Fachada do ICNBC - Portão. Fonte: Produzida pela Autora. Data 05/11/2018.

Objetivos

Como objetivo geral deste trabalho, tem-se a elaboração da proposta de requalificação do Instituto Cultural Nipo Brasileiro de Campinas visando adequá-lo às demandas atuais de sua comunidade assim como potencializar sua integração à cidade de Campinas mediante a oferta de novos serviços.

De modo específico, os objetivos foram:

Entender as necessidades atuais do Instituto;

Potencializar o uso do Instituto, mediante novo programa que contemple desde atividades originais até a inserção de novas demandas;

Assegurar o atendimento e o acesso facilitado promovendo inclusão, a acessibilidade para todos e a integração social.

Metodologias

A primeira parte deste trabalho é referente à realização de estudos referenciais com considerações acerca do espaço público e sua aplicação na cidade de Campinas e no ICNBC. A segunda parte visou estudar a análise realizada na primeira parte para a elaboração da proposta de reabilitação do instituto. Para tanto o estudo foi focado na seguinte metodologia proposta:

Pesquisa bibliográfica referente ao tema de espaços coletivos e vivência urbana, com reflexões sobre conexão urbana e espaços de lazer nas cidades.

Levantamento físico e funcional do objeto de estudo para a complementação do material técnico de análise.

Caracterização das necessidades e problemáticas: aspectos arquitetônicos, funcionais e construtivos do Instituto.

Análise de legislações específicas e condicionantes ambientais do local.

Estudo de obras análogas em casos de edifícios culturais consolidados e de projetos de requalificação urbana.

Elaboração do estudo preliminar de intervenção para reabilitação do ICNBC.

Considerações finais avaliando o trabalho desenvolvido.

Capítulo I - O espaço coletivo e a vivência urbana

As cidades hoje vivenciam o fenômeno da transformação, da descentralização e policulturalidade, sendo um palco vivo de representações culturais da sociedade. Cada cidade possui sua própria estruturação do espaço urbano, dotado de sistemas como ruas, calçadas e quarteirões. Esses sistemas se organizam de modo diferente em cada cidade produzindo caráter próprio, o que podemos entender como sendo a cultura urbana. A sociedade é o personagem ativo deste cenário, que vive e se articula nesse espaço. “O espaço só pode ser compreendido a partir da percepção e da conclusão humana porque o espaço é apreendido culturalmente.” (SOUZA, 2012, p. 26).

Nas cidades existem os espaços públicos que desde os tempos antigos se faz presente. Segundo Souza (2012, p. 22) os espaços públicos se revelam em entendimento ambíguo, dado que tal espaço pode se expressar tanto em estrutura espacial física, quanto como uma percepção do caráter ligado ao espaço público clássico, ao qual remete à ágora, de origem grega.

Na Antiguidade Clássica os gregos enxergavam nas “praças” (ágoras) o caráter público da coletividade e faziam dele um lugar para o exercício da cidadania e palco de debates e trocas de ideias. Tais espaços possuem até hoje um simbolismo indispensável à cultura urbana. Por essa lógica, os equipamentos urbanos como as ruas, avenidas, largos, praças e parques sediam e favorecem a prática da cidadania. Entretanto, o gradativo processo de banalização do espaço público tem colocado de lado a função importante de mobilização política e de exercício da cidadania, além da função própria de convivência desses espaços.

O processo de desenvolvimento social e a industrialização geraram a transformação das cidades e o conseqüente surgimento de novas estruturações espaciais, favorecendo a perda do valor inicial das cidades, como os encontros e a diversidade. Numa realidade amplificada e planificada, o fechamento do tecido da cidade traz margens como violência urbana, precariedade das infraestruturas urbanas. O aumento de insegurança colocou em enfoque o âmbito privado do espaço, a segregação que se impõe sobre os grupos distintos de etnias e classes sociais destroem a morfologia da cidade orgânica e fazem perder o sentido ao direito à cidade pelos habitantes (LEFEVBRE, 2001). Ou seja, o exercício do espaço é a marca das transformações sociais e culturais ocorridas nas cidades, revelando assim as transformações urbanas. Borja (2006) afirma que “a origem do espaço público é uma resposta classista ao processo de

apropriação privada da cidade. Depois, como ocorreu em outros aspectos da vida social, por sorte, há um processo, se querem, de democratização urbana”.

1.1 Espaços de uso coletivo

As cidades são os cenários onde acontecem as mais diversas atividades e trocas, ao qual possui a capacidade de atrair variados tipos de personagens que por sua vez podem propiciar inúmeras ações (SILVA, 2002 apud SILVA, 2003). Como discutido anteriormente, a sociedade é o personagem ativo neste cenário, o qual se articula e desenvolve nele as dinâmicas espaciais.

A segregação espacial da cidade contemporânea pode produzir o efeito de privatização dos espaços urbanos, que aliado à carência do sentimento comunitário da sociedade bem como o aumento da insegurança movida pela violência nas cidades evidencia a problemática do espaço urbano em especial no âmbito do espaço público (SILVA, 2003). Surgem nesse contexto espaços como shopping centers, condomínios, institutos culturais e esportivos de gestão privada, onde novas funções urbanas são ofertadas. Aliadas a um controle sobre o modo de exercício e de apropriação, estes espaços sugestionam uma maior noção de segurança quando comparadas aos espaços públicos, de modo que “aos poucos foram se estabelecendo tentativas de substituir o espaço público pela imagem pública do espaço privado” (SILVA, p. 18). Tais fatores distorcem a visão da função verdadeira deste espaço, que segundo Silva instabiliza a relação pública e privada dos espaços.

Na pós-modernidade observa-se o aumento no surgimento de tais espaços em decorrência da nova busca pela segurança que estes oferecem com dinâmicas que trazem as atividades para os ambientes internos e se distanciam cada vez mais das ruas e espaços livres a fim de evitar as violências externas (SILVA, 2003). A função genuína do espaço público e o seu uso acabam por serem distorcidas, sendo preciso rever a relação pública. Assim, como afirma Silva (2003, p. 36), a necessidade de se compreender tais conceituações tratadas acima é uma responsabilidade importante para que, apesar das distorções da relação público e privado, as intervenções urbanas sejam eficientes nas suas ações e com capacidade para trazer de volta as relações sociais no território dos espaços coletivos.

Isto posto, é possível questionar o caráter público ou privado dos espaços como acontecem em institutos ligados a cultura, os quais se propõem a divulgação e propagação da cultura, entretanto impõe um limite de acesso que separa o privado do público. Quanto ao uso, alega Silva (2003, p. 40): “o espaço urbano é dividido em individual e coletivo, enquanto a

partir da propriedade, o espaço divide-se em público (municipal) e particular (subdividido em individual e coletivo)”. De tal modo que uma praça é uma propriedade pública de uso coletivo, que pertence ao município. Por esta lógica, um instituto ligado a cultura se trata de uma propriedade particular coletiva ou individual, ao qual oferece uso coletivo com restrição de acesso.

Então se faz necessário compreender a que se destinam os espaços urbanos, pois em alguns momentos os espaços públicos se entendem na dimensão dos usos e em outros, aos espaços livres, capazes de oferecer um acesso livre. Desse modo, é importante ressaltar como afirma o Souza (2012, p. 42) “Um atributo que nunca deveria ser perdido no termo é a tarefa de promover o bem público e comum a todos os cidadãos.”.

Ao passo que o processo de globalização exige do mundo novas espacialidades para se adequar a novas relações entre diversos setores, surge também o estímulo à reformulação para combater os problemas coletivos da vida urbana e na reforma da gestão (PEREIRA e GRAU, 1999). Neste cenário em que a importância de se garantir serviços culturais e sociais voltadas ao interesse geral está em pauta, é preciso haver uma forma pública, que não se vale de servidores estatais nem controle estatal, e sem fins lucrativos, visando o interesse público capaz de oferecer serviços de cultura.

Pode-se introduzir então neste trabalho a expressão de “público não estatal”, a fim de delimitar o lugar da democracia participativa em que os cidadãos participem e expressem a cidadania. Sendo assim, segundo Morales (1997, p. 16) “as intenções para trabalhar de maneira sistemática em ações de interesse público parecem estar associados a suprir o vazio deixado por esta crise das formas de participação social” (apud PEREIRA e GRAU, 1999, p. 18).

A produção de serviços sociais e culturais pela forma pública não estatal está ligada a relação público privado à luz do uso e propriedade, uma vez que o que é estatal, é público, mas nem todo espaço que é público é de propriedade estatal, da mesma forma que um espaço privado pode gerar um espaço de uso público como forma de gentileza urbana, onde o acesso se dá por meio público entretanto a sua gestão ainda se restrinja ao privado. Nas diferenças e inter-relações do espaço é possível desenvolver a cultura urbana, dando lugar aos acontecimentos urbanos entre as relações sócio espaciais (SILVA, 2003).

1.2 Conexão urbana

No âmbito dos espaços públicos, como comenta Chun (2013, p. 171), equipamentos como praças, parques, ruas, avenidas, largos e outros ambientes que representavam lugares onde eram exercidas a cidadania e recebiam os mais diversos usuários, se encontram num processo de degradação e relativo abandono no que tange ao seu caráter social e aglutinador. O processo de desvalorização destes espaços reforça a falta de importância dada ao tal por parte do poder público na sua elaboração, onde não se leva em conta as variáveis que relacionam com espaços e seus usos. Diante disso, é possível perceber que os espaços públicos não mais estão relacionados e sentidos pelos usuários como locais de permanência e da vida coletiva, mas sim como um espaço subutilizado, muitas vezes remetendo ao sentimento de perigo e segregação.

Nos anos 80, os países desenvolvidos vivenciavam a crise econômica agravada pelo processo de globalização, caracterizado por Pereira e Grau (1999, p. 15) como a crise que o aumento de competitividade gerou um processo de concentração de renda e aprofundou as violências. O processo de desenvolvimento e globalização gerou nas cidades um espírito de competição que se valeu de elementos como o espaço público, com a premissa do padrão cultural e qualidade de vida estar diretamente ligados à sua presença nas cidades (CHUN, 2013). Sobre os espaços públicos da atualidade, nesse contexto, Chun (2013, p. 172) afirma que:

[...] chamada cidade contemporânea, é composta por resquícios do movimento moderno, que buscou uma releitura do espaço público dos tempos antigos. Mais móvel, volátil, dinâmico e instável, o espaço público contemporâneo é caracterizado por sua pluralidade e flexibilidade, sendo cada vez mais difícil diferenciar a natureza pública ou privada dos espaços.

Na atualidade, as cidades estão em intenso fluxo de movimentação e acontecimentos que dificultam a percepção de espaços públicos como espaços sociais, sendo muitas vezes relacionadas aos “espaços residuais” que sobram entre os espaços privados. Há a preocupação, como coloca o Chun (2013, p. 173), na forma arquitetônica que visa a relação do objeto com seu entorno, conectado a malha urbana e a cidade como um todo, de modo a superar a perda de identidade crescente das formas da contemporaneidade e produzir um espaço urbano de qualidade. Assim, é possível enxergar em centros culturais formas que proporcionam essa relação do objeto e entorno, pois há em sua diretriz a busca pela relevância cultural, além da força de implantação percebida em grandes proporções, sendo resultado das considerações acerca destas preocupações.

Os elementos de conexão da cidade assumem a importância de ligar, unir, trazer a relação e coesão, que à luz da materialidade pelo qual são facilmente refletidos, deixa escapar o viés que interessa neste trabalho. Dentro da malha urbana, pode-se identificar pontes, passarelas, viadutos, rampas, escadarias que ligam de um ponto ao outro ou a diferentes níveis. Entretanto ao analisarmos no contexto da urbanidade, encontramos os espaços públicos que por sua vez são também elementos de conexão urbana, pois desempenham a função de interligar a malha urbana como comenta o Chun (2013, p. 174), ao trazer a “vida” à cidade em contraponto as formas rígidas e concentradas dos espaços privados.

A capacidade de estimular o uso no âmbito da coletividade, ocupando novos espaços de modo eficiente e ressignificando os espaços já construídos; são estas condições pelas quais um espaço público deve perpassar, afim de garantir uma cidade com relação de conexão entre o espaço e o usuário aproveitando as potencialidades, e não a criação de mais um espaço em oposição entre o público e privado.

1.3 Espaços culturais e de lazer na cidade contemporânea

Observa-se cada vez mais a inserção de equipamentos e serviços culturais na vida urbana, colocando em debate o modo de apropriação destes pelos cidadãos. Vieira e Souza H. F. (2016) colocam que a apropriação de espaços públicos pela produção artística e cultural é importante para sustentar a cultura local das cidades, relacionado não somente com a identificação cultural, mas também como agente de diálogo com a realidade local. As práticas artísticas e coletivas, desse modo, atuam na ocupação do espaço público para a sua significação no meio urbano através das ações que permitem definir lugares de vivência coletiva e reconquista dos solos da cidade. Nesse contexto, surgem nas cidades contemporâneas os centros culturais que passam a sediar espaços onde a cultura é democratizada para além da produção da cultura em massa, suas primeiras aparições estão nos países desenvolvidos e posterior fixação nos países em desenvolvimento (RAMOS, 2007).

1.3.1 Definição

Ramos (2007, p. 94) define os centros culturais como espaços conectores das ações de criação, reflexão, fruição, distribuição de bens culturais, sendo o núcleo aglutinador e gerador de ações culturais de criação. Coelho (1997, p. 33) citado por Ramos (2007, p. 94), estabelece

“ação cultural” como sendo o “processo de criação ou organização das condições necessárias para que as pessoas e grupos inventem seus próprios fins no universo da cultura”¹. O centro cultural no âmbito da ação cultural se apresenta como um espaço privilegiado, que visa o acesso à produção e criação cultural e não se limita ao equipamento de fabricação e consumo da cultura, pois o seu sentido está no processo, com início definido e sem um fim claro, e não no produto final. À luz da ação, os centros culturais devem expressar um espaço em que os indivíduos tenham acesso ao processo da expressão cultural, para que estes possam dominar e apreender a cultura a fim de desenvolver uma autocrítica capaz de se reconhecer como uma identidade cultural (RAMOS, 2007). A ação cultural enquanto processo possui caráter questionador para revitalizar as relações sociais, e é neste cenário onde os centros culturais devem se localizar para sediar o espaço de reflexão, conhecimento e criação compartilhada para que promova a relação da comunidade e do indivíduo na extensão do seu entorno. “Quem entra num centro cultural deve viver experiências significativas e rever a si próprio e suas relações com os demais” (MILANESI, 1997, p. 28 *apud* RAMOS, 2007, p. 90).

1.3.2 Histórico: Centros Culturais

Segundo Ramos (2007, p. 74), centros culturais progrediram a partir da segunda metade do século XX, impulsionado com a construção do Centre National d’Art et Culture Georges Pompidou em 1975 que se valeu de modelo para o restante do mundo.

No Brasil, o histórico dos centros culturais é ainda recente e sua disseminação se vincula ao plano político favorável à sua instalação nas cidades, por meio das condições fiscais aplicados aos investimentos culturais. Apesar de haver interesse nos centros culturais desde a década de 60, em concomitância com o Programa de Ação Cultural (PAC) de 1973 (governo Médici), os primeiros centros culturais emergiram a partir da década de 80, inicialmente em São Paulo pelo financiamento estadual como o Centro Cultural de Jabaquara e o Centro Cultural São Paulo. Desde então os centros culturais estão sendo instalados nos demais cidades do país (COELHO, 1997 *apud* RAMOS 2007, p. 82).

¹ No Dicionário Crítico de Política Cultural (1997), Teixeira Coelho define sobre o verbete “ação cultural” e explana sobre os dois tipos básicos de ação cultural: *ação cultural de serviços* como uma forma de promoção do consumo de determinado produto cultural; *ação cultural de criação* ou *ação cultural propriamente dita* como a forma que propicia a relação dos indivíduos por meio da obra de cultura ou da arte, afim destes sujeitos captarem dessas obras aquilo que lhes permitirão participar do universo cultural.

Capítulo II – Referências projetuais

2.1 Centro Cultural de São Paulo - CCSP



Figura 5 - Vista interna ao CCSP. < https://www.archdaily.com.br/br/872196/classicos-da-arquitetura-centro-cultural-sao-paulo-eurico-prado-lobes-e-luiz-telles?ad_medium=gallery> Acesso: 24 /09/2019.



Figura 6 - Vista panorâmica do CCSP. Autoria: Harrell, T. M. 2009. <<http://thomazharrellphotography.blogspot.com/2009/04/novas-panoramicas-do-centro-cultural-de.html>> Acesso em: 24/09/2019.

Pioneiro como Centro Cultural do país, o Centro Cultural de São Paulo (CCSP) está localizado num terreno entre a Rua Vergueiro e a Avenida 23 de Maio – Paraíso e ocupa uma área extensa de 300.000 m², de 300 m de comprimento e 70 m de largura com 10 m de desnível, totalizando 46.500 m² de área construída dividida em espaços de naturezas diversas multidisciplinares e complementares (Souza, 2017). Resultado de desapropriações de áreas

residenciais para a construção do metrô, a prefeitura havia reservado planos de construção de complexo de escritórios, hotéis, Shopping Center e uma biblioteca pública para promover a urbanização do local (CCSP). Após dois anos houve o cancelamento do projeto, permanecendo somente a biblioteca pública do plano antigo, sendo executado pelo arquiteto Eurico Prado Lopes.

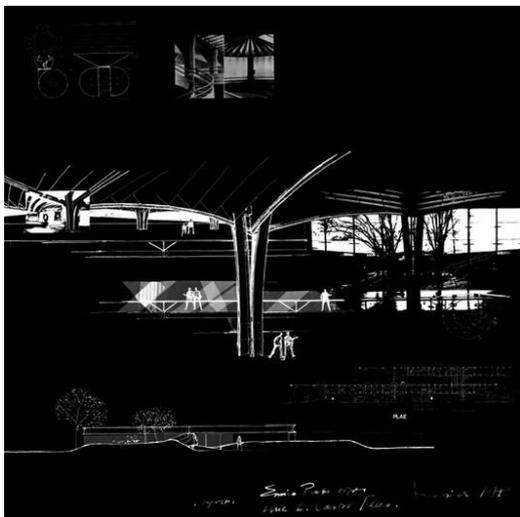


Figura 7 - Croquis de relação dos materiais. Arquivo Luis Telles. < https://www.archdaily.com.br/br/872196/classicos-da-arquitetura-centro-cultural-sao-paulo-eurico-prado-lopes-e-luiz-telles?ad_medium=gallery> Acesso: 24 /09/2019.

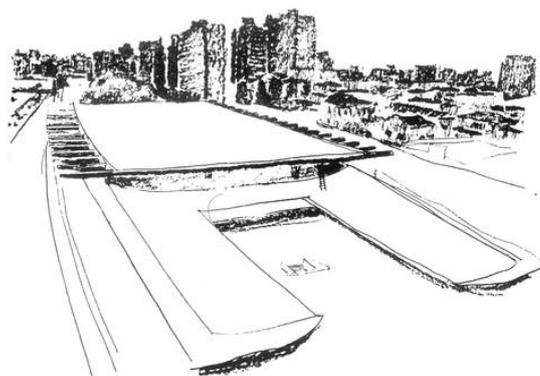


Figura 8 - Croqui do CCSP. < https://www.archdaily.com.br/br/872196/classicos-da-arquitetura-centro-cultural-sao-paulo-eurico-prado-lopes-e-luiz-telles?ad_medium=gallery> Acesso: 24 /09/2019.

Localizada em ponto estratégico na capital, o projeto inspira liberdade pela sua fachada livre e convidativa, pelo qual os usuários podem adentrar ao interior quase que como uma continuação da cidade. A topografia descontínua ao qual está inserida poderia ser uma barreira e ao mesmo tempo potencialidade, ao ser aproveitada deixando-se as vistas alguns taludes como efeito plástico do edifício, além da opção por manter alguns dos 4 pisos semienterrados. Ao programa de biblioteca pública foram acrescentado teatro, cinema, espaços de exposição e restaurante, tornando o edifício em centro cultural.



Figura 9 - Vista para fechamento em vidro e pátio interno. <<http://portaleditora.com.br/centro-cultural-sao-paulo/>> Acesso em: 02/12/2019.



Figura 10 - Espaços livres para leitura e informação. <https://www.archdaily.com.br/br/872196/classicos-da-arquitetura-centro-cultural-sao-paulo-eurico-prado-lopes-e-luiz-telles?ad_medium=gallery> Acesso: 24/09/2019

O equipamento público tem uma arquitetura exposta, isto é, elementos estruturais fazem o papel de vedação, dividindo as especialidades sem limitá-las. O pátio central com jardim de 700 m² rompe a rigidez da estrutura, e a livre circulação entre os andares favorece a interligação entre os espaços, unindo-os sem fazer com que se fechem para começar o outro espaço. Existem três bibliotecas dentro do Centro Cultural, os quais são ligados por meio de rampas entre si. A volumetria da fachada da Rua Vergueiro trabalha com discrição sem impactar visualmente, destacando apenas a cobertura do volume principal.

O partido resgatado deste projeto a se aplicar no presente estudo é a liberdade, favorecendo a circulação que ao mesmo tempo une os espaços e também os separa, a livre entrada que torna o espaço convidativo e relembra a importância do direito ao uso dos espaços públicos, além da opção por aberturas sem paredes, tornando o espaço vivo e sem amarras às bibliotecas tradicionais rígidas, consolidando o espaço como ponto de encontro da população ao que procura, seja ela informação, atividades, serviços, etc, atraindo públicos diversos em natureza etária e classes sociais. O espaço urbano respira democracia de acesso à cultura e informação, de forma a incentivar a participação efetiva dos usuários.

FICHA TÉCNICA

Arquitetos: Arquitetos: Eurico Prado Lopes e Luiz Telles

Localização: Rua Vergueiro, 1000 – Paraíso, São Paulo - SP.

Ano: 1979

Área: 46.500 m²

2.2 Japan House São Paulo



Figura 11 - Fachada do Japan House São Paulo. < <https://www.arcoweb.com.br/projetodesign/arquitetura/kengo-kuma-e-fgmf-arquitetos-japan-house-sp>> Acesso: 24/09/2019.

A partir da proposta do governo japonês em apresentar em uma iniciativa internacional de um novo olhar sobre o Japão contemporâneo, o espaço Japan House São Paulo abriga em seu interior diferentes funções num mesmo espaço urbano. Localizado na Avenida Paulista, em São Paulo, numa das principais e mais importantes eixos da cidade e próxima a Praça Oswaldo Cruz, o projeto apresenta espaços multiusos, com áreas expositivas, culturais, restaurante, café e loja, fazendo conexão a via que já possuía uma forte vocação urbana – contando com a presença de Centro Cultural Fiesp, Itaú Cultural e o Museu de Arte São Paulo (MASP).



Figura 12 – Espaço multimídia que divide o ambiente com loja de produtos japonês ao fundo da imagem. <<https://www.japanhouse.jp/saopaulo/visit/MultimediaSpace.html>> Acesso em: 02/12/2019.



Figura 13 – Restaurante com mínimo de elementos. <<https://www.japanhouse.jp/saopaulo/restaurante/index.html>> Acesso: 02/12/2019

O projeto foi conduzido de modo a garantir a flexibilidade e a neutralidade necessária para consolidar um ponto de difusão da cultura japonesa, refletindo os espaços internos para

serem de uso múltiplo a partir de intervenções a um edifício já existente. Originalmente construído como agência bancária, foram necessários reformulações tanto interna quanto externa para conceber os novos programas, evidenciando a qualidade da transformação pela permanência do banco numa das partes do edifício e ainda assim trazer benefícios ao local inserido.

O elemento destacado da intervenção na Japan House é a fachada, composta por cobogós de concreto com alto desempenho e as fileiras de madeira japonesas dispostas sem uniformidade, inicialmente fabricadas no Japão e montadas no Brasil, que apresentam uma técnica milenar da cultura oriental combinada à fibra de carbono (que representam os avanços da tecnologia). O uso de material natural foi uma estratégia do arquiteto, ao se contrapor a cidade desenvolvida ao qual está inserida, se valendo de tradições japonesas e tecnologias. O projeto se preocupa com eficiência térmica, acústica e iluminação, refletindo em planejamento dos espaços que deveriam ser abertos ou não e quais fachadas seriam protegidas contra a insolação. Localizado no térreo, o espaço de café e ambientes de exposição possuem conexão com a rua através da pequena praça localizado na entrada, se estendendo como conexão à Praça Oswaldo Cruz. Esta estratégia lembram as rampas de acesso do CCSP, pois ambos se propõem a assumir a continuação da calçada, tornando o acesso amigável e atrativo para o público.



Figura 14 – Vista para a praça interna do Japan House São Paulo. <
<https://www.arcoweb.com.br/projetodesign/arquitetura/kengo-kuma-e-fgmf-arquitetos-japan-house-sp>> Acesso: 24/09/2019



Figura 15 – Vista da praça interna para a entrada do Japan House São Paulo. <
<https://www.arcoweb.com.br/projetodesign/arquitetura/kengo-kuma-e-fgmf-arquitetos-japan-house-sp>> Acesso: 24/09/2019.

O partido projetual divide os espaços de forma flexível, mantendo apenas a administração, restaurante, biblioteca e loja cultural como ambiente pré-definidos. O restante do programa é beneficiado por uma arquitetura flexível através de ateliês multiusos, permitindo uma maior flexibilização de programas, sem uso de grandes elementos, tornando-se um projeto simples e despojado. A reforma do edifício já existente gira em torno da figura do Japão como sua identidade, entretanto, a presença de elementos brasileiros incorporados na arquitetura traduzem as citações à cultura milenar até as perspectivas inovadoras (JAPANHOUSE, 2017).



Figura 16 - Planta Baixa pavimento térreo. <<https://www.arcoweb.com.br/projetodesign/arquitetura/kengo-kuma-e-fgmf-arquitetos-japan-house-sp>> Acesso: 02/12/2019.



Figura 17 - Planta Baixa primeiro pavimento. <<https://www.arcoweb.com.br/projetodesign/arquitetura/kengo-kuma-e-fgmf-arquitetos-japan-house-sp>> Acesso: 02/12/2019.

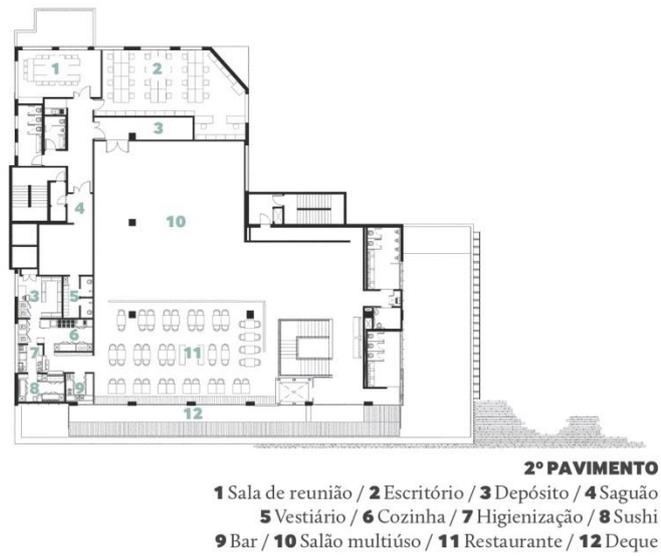


Figura 18 - Planta Baixa segundo pavimento. <<https://www.arcoweb.com.br/projetodesign/arquitetura/ken-go-kuma-e-fgmf-arquitetos-japan-house-sp>> Acesso: 02/12/2019.

FICHA TÉCNICA

Arquiteto: Kengo Kuma e FGMF Arquitetos

Localização: Avenida Paulista, São Paulo - SP.

Ano: 2017

Área: reforma / 9.900 m²

Capítulo III – Contextualização histórica

3.1 Imigração japonesa para o Brasil

Segundo Maria K. T. Kobayashi, ex-diretora cultural do ICNBC (2006), a primeira imigração japonesa está datada em 1908, quando o navio Kasato Maru parte do porto de Kobe (uma das 47 províncias japonesas) em 28 de abril, e chega ao Brasil no dia 18 de junho trazendo 165 famílias, totalizando 781 pessoas. Aportado no Porto de Santos (interior de SP), os imigrantes japoneses passavam pela Hospedaria dos Imigrantes (atual Museu da Imigração) localizada no Brás, em São Paulo, e de lá, eram levados para as fazendas cafeeiras no interior do Estado de São Paulo.

Com a abolição da escravatura em 1880, a necessidade da mão de obra mais barata que os imigrantes europeus que chegava ao Brasil desde 1870, aumentou cada vez mais. De acordo com Kobayashi (2006), imigrantes japoneses que inicialmente não eram muito bem aceitos pela opinião pública se tornava uma opção buscada ao passo que contribuía para a diminuição dos imigrantes europeus, que por sua vez se queixavam das condições de trabalho nas fazendas brasileiras. As entidades representativas dos japoneses no Brasil eram o Consulado Geral do Japão no Brasil, Sociedade Colonizadora do Brasil Ltda. e empresas colonizadoras japonesas Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha (KKKK),

Kobayashi (2006) classifica a imigração japonesa em quatro fases: primeira fase (1908 - 1924), segunda fase (1925 - 1941), terceira fase (1953 – 1962) e quarta fase (da década de 1960 até atualidade).

A primeira fase (1908 – 1924) é marcada pelo subsídio do governo do Estado de São Paulo, pela adaptação dos japoneses com as diferenças culturais e frustração do sonho de enriquecimento com a dificuldade em lidar com produto desconhecido e exploração trabalhista dos fazendeiros. É nesta época também que começam a formação dos primeiros núcleos de colonização, como a Colônia de Tóquio em Motuca, distrito de Araraquara (interior de SP), posterior núcleo de Hirano em Cafelândia. O conjunto arquitetônico KKKK, Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha, é o símbolo da colonização japonesa, localizado da cidade de Registro. Atualmente está reformada e sedia o espaço de Memorial da Imigração Japonesa.

A segunda fase (1925 – 1941) representa a maior intensidade do fluxo migratório, privilegiado pelo governo japonês e seu interesse na emigração do seu povo já que o país se encontrava em grave crise econômica. Nessa época, os japoneses se estabeleceram para além de São Paulo, como em Minas Gerais, Pará e Amazônia. Do início da imigração até a

Segunda Guerra Mundial, os *isseis* (primeira geração de imigrantes) eram a sua maioria e somente no ano de 1933 chegou mais de 24mil japoneses ao Brasil.

No período entre 1924 a 1952, a imigração é interrompida devido a Segunda Guerra Mundial, quando o Brasil e o Japão rompem as relações diplomáticas. Os japoneses residentes no território brasileiro já alcançavam 190 mil pessoas. De acordo com Kobayashi (2006) havia neste cenário uma tensão crescente entre os japoneses imigrados, divididos em grupos que acreditavam na vitória do Japão “*katigumi*” e os “*makegumi*”, que eram resignados com a derrota japonesa.

A terceira fase (1953 – 1962), também chamado de “primeira fase pós-guerra”, vem após a retomada das relações diplomáticas entre os países. Os japoneses eram atraídos pela oportunidade numa terra que não havia sofrido com as dificuldades de guerra. Nesta época houve um choque de cultura entre os imigrantes radicados anteriormente à guerra e os imigrantes japoneses pós-guerra, já que de um lado os jovens imigrantes chegavam com expectativas a nova terra, com influências americanas e europeias que se introduziu no Japão pós guerra, e do outro haviam os imigrantes iniciais que por dez anos não tiveram notícias da sua pátria que enfrentava grandes transformações. Nesse período, surgem também entidades e referências nacionais da comunidade japonesa, além de diversas associações nipo-brasileiras que passam a sediar o espaço de intercâmbio entre as colônias e atividades variadas.

A quarta fase, conhecida também por “segunda fase pós-guerra”, inicia nos anos 60 e continua até a atualidade, sendo marcado pelo declínio da emigração para a lavoura de café com a melhora da condição de vida no Japão. Há uma reviravolta no processo de imigração japonesa para o Brasil: até então o movimento era do Japão para o Brasil, o que no meado dos anos 80 começa a se inverter de forma que os *nikkeis* (descendentes japoneses nascidos fora do país de origem) se viam atraídos a trabalhar no Japão pelo seu crescimento econômico, este movimento ficou conhecido como *decasseguis*.

A contar da chegada do Kasato Maru no porto de Santos até o último navio que transportou para o Brasil os imigrantes japoneses em 1973, Nipon Maru, segundo Kobayashi (2006) calcula-se cerca de 280 mil japoneses chegaram ao Brasil.

3.2 Campinas e imigração japonesa

Segundo Kobayashi (2006), a colonização japonesa apresenta uma escassa disponibilidade de material para o seu estudo, ao qual se deve a alguns fatores enfrentados

pelos japoneses no solo brasileiro, como a pobreza e afastamento de centralidades (o que contribui para poucos registros das famílias), os riscos que japoneses assumiam ao portar documentos em língua japonesa na época da Segunda Guerra Mundial devido a fiscalização do governo Brasileiro, em paralelo com a falta de preocupação por parte dos imigrantes em preservar os registros em si.

Por meio de estudos e pesquisas, a autora aponta o Takeji Morita como primeiro japonês que viveu na cidade de Campinas. Com a profissão de marceneiro, o jovem Takeji Morita chega a cidade de Campinas por volta de 1913 onde se fixou montando a sua marcenaria. Seu filho Sancho Morita, atualmente engenheiro aposentado de Campinas, é o primeiro registro que se tem de filho de japoneses nascido e registrado na cidade.

Conforme suas características das comunidades japonesas, Kobayashi (2006) apresenta quatro grupos identificados: grupo Okinawa, grupo Fazenda Monte D'Este, grupo dos comerciantes e grupo dos lavradores².

Kobayashi (2006) comenta que os japoneses eram flexíveis tanto no tipo de trabalho como de lugares para morar, pois eram sustentados pelo desejo do enriquecimento rápido para poder voltar logo para o Japão. No entanto, após a Segunda Guerra Mundial e a derrota do Japão, os japoneses radicados no Brasil refletiram sobre a situação e os seus objetivos, procurando se estabelecer no país de modo definitivo pelas compras de terras em Campinas e região.

De acordo com Kobayashi (2006), não há um registro oficial do número de *nikkeis* (japoneses imigrantes e pessoas com ascendência japonesa) residentes de Campinas. A estatística nacional prevê 0.5% para a parcela de origem asiática no nível nacional e 2% para a cidade de Campinas. A autora adota 1.2% levando em conta a porção de origem japonesa no total de 1 milhão de habitantes de Campinas. Assim, colônia japonesa no Brasil gira em torno de 1 milhão e 300 mil pessoas, somente no estado de São Paulo, estão cerca de 900 mil imigrantes e descendentes japoneses, e na cidade de Campinas estima-se a presença de 12 mil residentes.

² Kobayashi identifica quatro grupos de comunidade japonesa em Campinas: Grupo de Okinawa: imigrantes de origem Okinawa, um arquipélago formado por pequenas ilhas alinhadas no Oceano Pacífico, chegaram diretamente para Campinas para trabalhar nas fazendas de lavouras; Grupo da Fazenda Monte D'Este (Fazenda Tozan): pessoas ligadas ao Grupo Mitsubishi do Japão, que se estabeleceram numa fazenda comprada pela companhia afim de investir no Brasil; Grupo dos comerciantes: imigrantes do Japão que passaram pelas cidades do interior do estado e se estabeleceram em Campinas, iniciando pequenos negócios e trabalhando em comércios; Grupo dos lavradores: pessoas trazidas direto do Japão e do interior do estado de São Paulo, contratados para trabalhar como lavradores nas fazendas de Campinas e região.

Capítulo 1V – O Instituto Cultural Nipo Brasileiro de Campinas

4.1 Diagnóstico geral

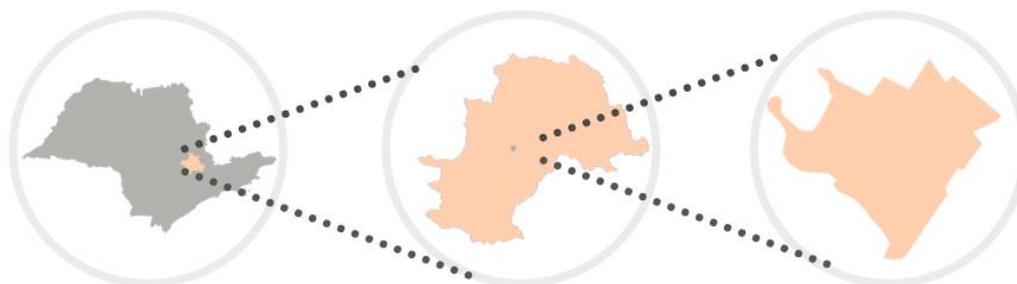


Figura 19 - Localização de São Paulo - RMC - Campinas - Jd Guanabara. Fonte: elaborado pela Autora.

O município de Campinas, localizado no interior paulista, tem população estimada em 1.204.073 habitantes, segundo censo de 2019 do IBGE. Situado há cerca de 100 km da capital – São Paulo, com território de 796,4 km² (SEADE, 1995). A cidade de Campinas faz parte da Região Metropolitana de Campinas (RMC) que leva o seu nome, juntamente com os municípios de Americana, Arthur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara d’Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo. A região desempenha papel importante na economia a nível estadual e nacional, favorecida pelo sistema rodoviário e extenso parque industrial e polos tecnológicos, sob influências da sistematização e informatização do território que contribui na maior conexão entre diferentes escalas urbanas.

Campinas apresenta densidade demográfica alta, a 1.359,69 hab./km² segundo os dados do censo de 2019 do IBGE, com elevado grau de urbanização e de IDH que chega a 0,85 do índice, demonstrando ser destaque econômico social dentre a RMC. Nas figuras a seguir são apresentadas as pirâmides etárias de Campinas, que demonstram a composição total da população por sexo e grupos de idade. A partir da análise dos três últimos censos (1991, 2000 e 2010) é possível verificar o estreitamento da sua base, significando a queda contínua dos níveis de fecundidade. O topo que apresenta alargamentos traduz em queda de mortalidade, o que somado a primeira análise demonstra uma pirâmide etária adulta.

1991 Pirâmide etária - Campinas - SP
Distribuição por Sexo, segundo os grupos de idade

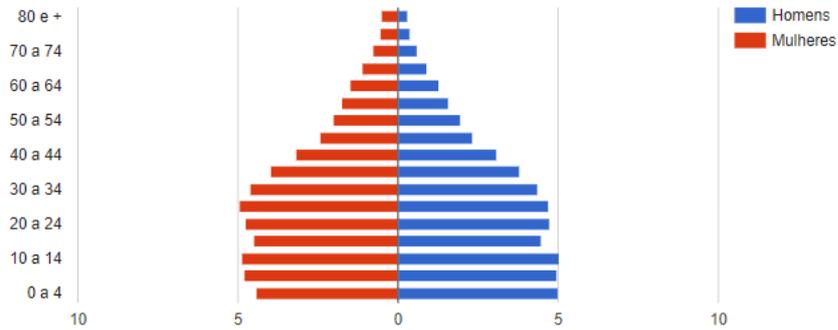


Figura 20 - Pirâmide etária da população de Campinas - SP - 1991. Fonte: PNUD, IPE E FJP. Acesso: 01/12/2019.

2000 Pirâmide etária - Campinas - SP
Distribuição por Sexo, segundo os grupos de idade

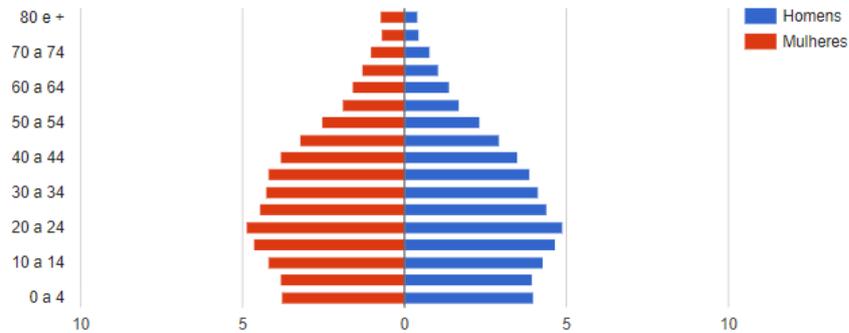


Figura 21 - Pirâmide etária da população de Campinas - SP - 2000. Fonte: PNUD, IPE E FJP. Acesso: 01/12/2019.

2010 Pirâmide etária - Campinas - SP
Distribuição por Sexo, segundo os grupos de idade

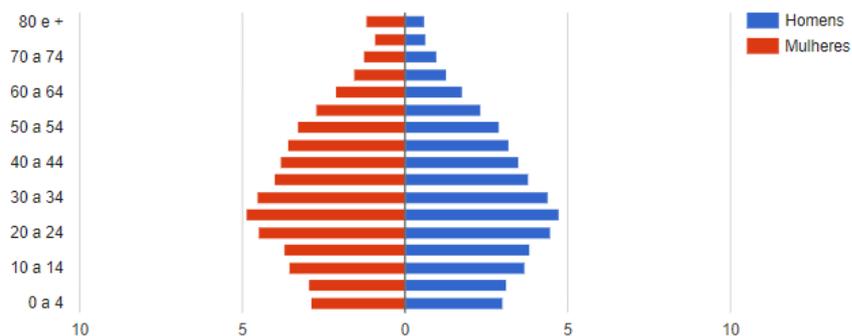


Figura 22 - Pirâmide etária da população de Campinas - SP - 2010. Fonte: PNUD, IPE E FJP. Acesso: 01/12/2019.

A maior porção da população campineira é jovem, representando 20,28% do total, concentrados nas faixas de 20 a 29 anos e 30 a 39 anos. A população idosa, acima de 60 anos (segundo Ministério da Saúde), representa cerca de 12,62%. A taxa de mortalidade infantil segundo o censo de 2017 do IBGE é de 8,88 óbitos por mil nascidos vivos, representando uma queda considerável quando comparadas aos números dos censos anteriores, como 18,1 óbitos por nascidos vivos em 2000 e 11,8 óbitos por mil nascidos vivos em 2010, segundo IBGE.



Figura 23 - Taxa de mortalidade infantil. Fonte: IBGE, 2017. Acesso: 01/12/2019.

A partir das análises das informações expostas, é possível observar que a população de Campinas passa por mudanças, como por exemplo, a queda de fecundidade e crescimento da parcela de população idosa, podendo presumir-se que a estrutura da população passa por envelhecimento.

Ao passo que o envelhecimento é uma realidade, o crescimento da porção da população jovem também se destaca, sendo possível constatar que tais fatores passaram de transformação para permanência. A relação da população e seu crescimento em faixas etárias específicas permitem a análise de que há uma forte diminuição na dependência dos jovens, que participam cada vez mais cedo da parcela da população economicamente ativa, porém com uma porcentagem considerável de pessoas adultas com escolarização incompleta.

Diante das considerações, pode-se concentrar o público alvo do presente projeto de reabilitação na porção da população jovem e idosa, para além dos usuários e visitantes do instituto.

4.2 Bairro Jardim Guanabara

Localizado na região centro-norte no município de Campinas, o bairro Jardim Guanabara, onde se situa o objeto deste estudo, tem uso predominantemente residencial, com malha urbana consolidada. Faz limite com Zona Norte (Jardim Chapadão) e Zona Central (Centro, Botafogo, Vila Itapura, Cambuí e Taquaral), se destacando pelos desenvolvimentos comerciais e de serviços, principalmente na área da saúde, apresentando uma região repleta de consultórios e clínicas médicas. O bairro possui população de aproximadamente dez mil pessoas, de acordo com censo demográfico de 2000 de IBGE.

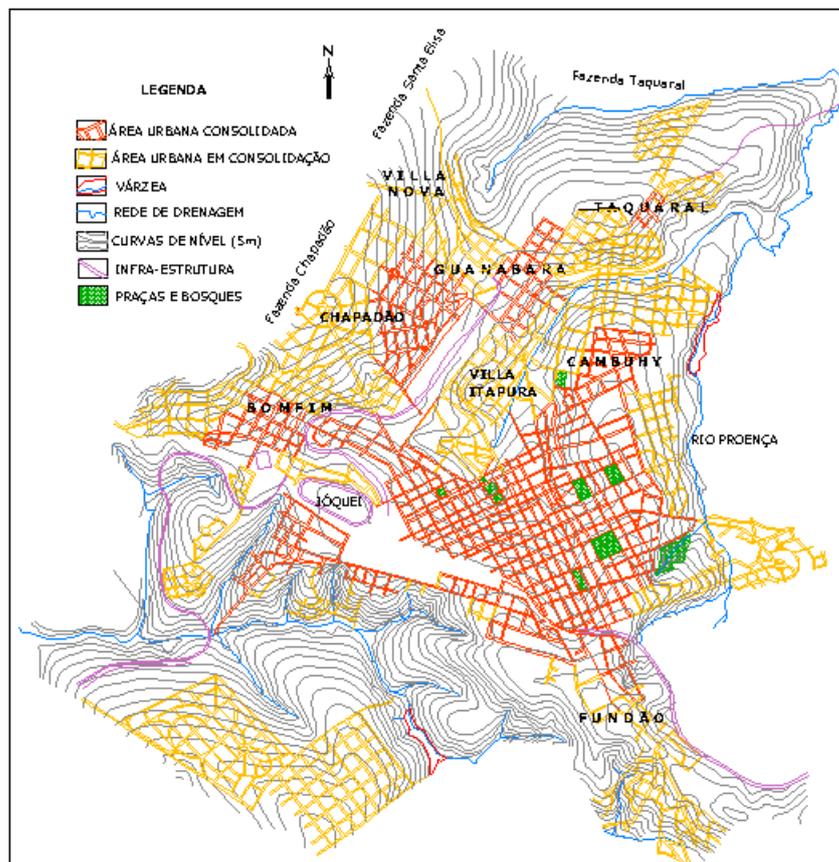


Figura 24 - Planta da Malha Urbana de Campinas em 1929. Fonte: <
https://www.researchgate.net/figure/FIGURA-7-PLANTA-DA-MALHA-URBANA-DA-CIDADE-DE-CAMPINAS-EM-1929_fig6_242680107> Data: 01/12/2019.

A área de intervenção direta está localizada em área privilegiada do bairro, onde se encontra circundado por Avenida Francisco José de Camargo, Avenida Andrade Neves, Avenida Barão de Itapura e Avenida Brasil. Os eixos apresentam importância na circulação do município de Campinas, representando ligações com as principais regiões da cidade, além de ser o caminho utilizado por aqueles que vêm de cidades próximas, tornando a região do objeto deste trabalho um local de grande visibilidade e de fácil acesso, tanto por meios de automóveis como por meio pedonal e transporte público.

4.3 Legislação urbana vigente

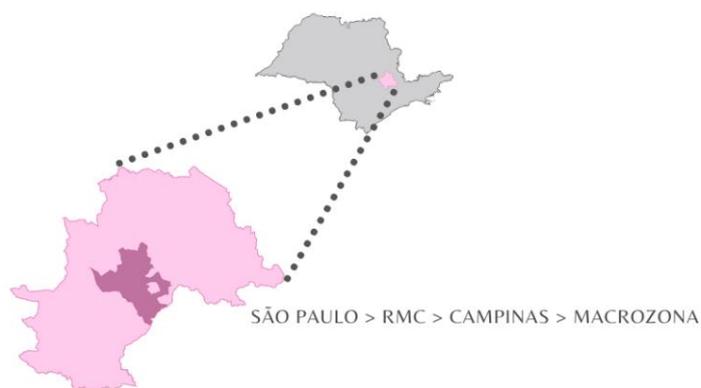


Figura 25 - Mapa de localização do macrozoneamento inserido. Fonte: elaborado pela Autora.

Atualmente o zoneamento proposto pelo Plano Diretor Estratégico de 2018 (Lei Complementar nº 189 de 08 de janeiro de 2018) classifica a área que está inserida o ICNBC como sendo Macrozona de Estruturação Urbana, que se trata de região “situada integralmente no perímetro urbano, possui áreas reconhecidamente consolidadas e outras em processo de consolidação”.

São objetivos deste macrozoneamento a valorização e ampliação das áreas públicas, promovendo a ocupação das áreas vazias e/ou vagas, trabalhando na qualificação das áreas vulneráveis (PDE, 2018). A requalificação urbanística, social e ambiental da área central do município aparece como uma questão primordial do poder público do município, ao qual através de projetos e planos vem buscando a refuncionalização do centro de Campinas, estruturada a uma construção da imagem positiva do município associado a uma cidade globalizada.

As diretrizes do Macrozoneamento de Estruturação Urbana especificam incentivo à ampliação da oferta de moradia, reabilitação dos espaços públicos, bens históricos e culturais, além da adoção de medidas visando compelir os responsáveis a regularizar áreas de interesse específico, quando tecnicamente possível (PDE, 2018).

A Lei de Uso e Ocupação do Solo vigente é de 1988, o qual atualmente passa por revisões. Segundo a legislação, a área da intervenção está dentro da Zona de Centralidade 2, tratando-se de eixos definidos pelo DOT (Desenvolvimento Ordenado pelo Transporte), com média densidade populacional e de mescla de usos. Ainda, a área de estudo faz divisa com a Zona Mista 1, que se caracteriza por zona residencial habitacional com mescla de usos.



Figura 26 - Mapa localização via imagem de satélite, com o instituto e principais vias do entorno demarcadas.
Fonte: produzida pela Autora. Data: 02/12/2019.

Mulher Operosa, que oferece espaço de acolhimento e troca de experiências, de conhecimento e informação acerca dos direitos da mulher e opera ações de resgate da cidadania das mulheres em situação de risco.

Na mesma via que o instituto se localiza, há a presença de duas praças públicas próximas com temas japoneses, sendo elas: Praça das Cerejeiras de Gifu e Praça Dr. Hideyo Noguchi, nela está instalada monumento Hideyo Noguchi, em homenagem ao médico japonês com o mesmo nome da praça que esteve em Campinas na década de 20 e estudava sobre a febre amarela, na mesma praça também há um marco em granito preto em homenagem ao cinquentenário da imigração japonesa.



Figura 28 - Praça das Cerejeiras de Gifu.
Fonte: Produzido pela Autora.
02/11/2018.



Figura 29 - Praça das Cerejeiras de Gifu.
Fonte: Produzido pela Autora.
02/11/2018.



Figura 30 - Praça Hideyo Noguchi. Fonte:
Produzido pela Autora. 02/11/2018.



Figura 31 - Praça Hideyo Noguchi vista
pela esquina da rua Camargo Paes com
rua Engenheiro Cândido Gomide. Fonte:
Produzido pela Autora. 02/11/2018.



Figura 32 - Vista da rua Engenheiro Cândido Gomide para esquina com Rua Camargo Paes . Fonte: Produzido pela Autora. 02/11/2018.



Figura 33 – Vista do entorno na rua Engenheiro Cândido Gomide. Fonte: Produzido pela Autora. 02/11/2018.



Figura 34 - Vista da rua Engenheiro Cândido Gomide para esquina com Rua Camargo Paes . Fonte: Produzido pela Autora. 02/11/2018.



Figura 35 – Vista do entorno na rua Engenheiro Cândido Gomide. Fonte: Produzido pela Autora. 02/11/2018.



Figura 36 - Praça das Cerejeiras de Gifu na esquina. Fonte: Produzido pela Autora. 02/11/2018.



Figura 37 – Vista da Rua Camargo Paes. Fonte: Produzido pela Autora. 02/11/2018.



Figura 38 – Lote que separa o ICNBC da Praça das Cerejeiras de Gifu. Fonte: Produzido pela Autora. 02/11/2018.



Figura 39 – Vista da Rua Camargo Paes. Fonte: Produzido pela Autora. 02/11/2018.

Além destas, há na proximidade a presença de outras áreas verdes, como Bosque dos Alemães/Praça João Lech Jr. O terreno que hoje situa o Bosque dos Alemães, como popularmente é chamado, foi originalmente propriedade da San Paulo Land Company Limited, sendo doada a municipalidade em 1928. Passou a fazer parte do Jardim Guanabara, que na época estava ainda em formação. Nas décadas seguintes, devido ao acúmulo de detritos urbanos e relativo abandono, a área estava danificada e com dificuldades de renovação e preservação, recebendo posteriormente na década de 1970 um projeto de reurbanização a fim de se preservar a flora nativa que apresentava em seu interior.

Tais espacialidades públicas possuem o potencial de conexão ao instituto, visto que todos eles se conectam por vias de fácil acesso, podendo ser uma das sugestões para estudos posteriores a articulação destas e o ICNBC a fim de integrar o espaço urbano e auxiliar na

produção de uma realidade urbana com qualidade para a população, ao mesmo passo que tais conexões possam estimular a socialização das pessoas e trazer sentimento de pertencimento, fatores estes que como já discutido anteriormente no capítulo 1 refletem na melhor conservação dos espaços e na qualidade de vida urbana.



Figura 40 - Mapa de espaços potenciais na proximidade. Fonte: SEPLURB - Prefeitura Municipal de Campinas, adaptado pela Autora. Data: 02/12/2019.

O ICNBC se situa então num local com potencial para se consolidar como equipamento cultural de grande polarização e representatividade, beneficiado pelas relações com os principais eixos viários do município e também pela identificação cultural com a população. No entanto a área carece de espaço público de qualidade e equipamentos de uso coletivo para a comunidade local, já que existem praças no entorno, mas sem atividade efetivas que possam promover o estímulo aos seus usos e pela aparente desconexão dos espaços que deixam de atrair o público para este âmbito dos espaços públicos.

A partir das análises efetuadas, é possível destacar a necessidade por espaços de usos coletivos, com aberturas e possibilidades para que a vivência urbana aconteça de forma imprevista e espontânea, justificados pela ocupação residencial do entorno e também por ICNBC se localizar numa região não central, porém de fácil acesso as diversas regiões do município, podendo polarizar uma grande área além de contribuir de modo sistêmico com

outros equipamentos sociais que poderiam ser potencializados quando associados aos espaços públicos.

A proposta de reabilitação então deve se organizar de forma a contribuir para a oferta de espaços de qualidade para uso efetivo e convivência, aos quais sejam possíveis por meio da sua relação com o entorno, de desenvolver e potencializar o uso e apropriação dentre os moradores e público em potencial, configurando não apenas mais um espaço público subutilizado, mas como um equipamento capaz de romper os limites do público e privado, sendo da arquitetura e urbanismo o papel fundamental da transformação dos espaços.

Capítulo V – Levantamentos

5.1 Levantamento e análise das condições físicas e estruturais do Instituto

O objeto deste presente estudo é o Instituto Cultural Nipo Brasileiro de Campinas (ICNBC), localizado na rua Camargo Paes 118, no bairro Jardim Guanabara, Campinas (SP). Segundo Kobayashi (2006), o registro oficial do ICNBC é de 16 de maio de 1954, no endereço da Rua Ernesto Kulhmann 280, onde eram realizadas as reuniões dos membros. Entretanto sua fundação está relacionada ao ano de 1951, durante uma reunião da associação de japoneses preocupados com o ensino de língua japonesa aos seus filhos e tinha o objetivo de aproximar as relações entre seus membros fortalecendo a amizade. O ano de 1951 é considerado como o ano oficial de fundação pelos fatos históricos, sendo considerado a partir deste ano para as celebrações do seu aniversário de fundação.



Figura 41: Fachada da sede social ICNBC. Fonte: produzida pela Autora. Data: 5/11/2018.

De acordo com Kobayashi (2006), o registro oficial do imóvel da associação necessitava da construção legal da mesma, além da composição da diretoria por pessoas com origens brasileiras (nascidas no Brasil) além do presidente que deveria ser um brasileiro, conforme o estatuto da legislação brasileira. Diante disso, foi criada a diretoria para satisfazer esta condição e foi dado início ao processo da arrecadação de fundos para a compra do terreno.

O processo de construção do conjunto que hoje integra o ICNBC aconteceu em três fases. Inicialmente, o terreno que atualmente está inserido a sede do ICNBC, foi comprado na década de 60, no loteamento localizado na rua Camargo Paes. O lote “H” possuía 10,58m x 38,40m com área total de 406.272m² e o lote “I” era de 10,71m x 38,40m, com uma área total de 411,264m². A construção teve a sua primeira etapa concluída em 1966, faltando ainda levantar a parte superior. O processo de arrecadação de fundos para a conclusão da obra passou por inúmeras dificuldades, entre as trocas da diretoria. A inauguração oficial veio em 1969, contando com a presença dos colaboradores, associados, do prefeito da época Orestes Quércia entre muitas outras autoridades de Campinas. O conjunto do Ginásio Poliesportivo, anexo posterior a construção da sede e última fase de construção, começaram a ser construído ao fim da década de 90 e foi inaugurado em 2001. O terreno foi um fruto de doação da prefeitura, na época era prefeito Jacó Bittar. Houve uma tentativa de retomada do terreno por parte da prefeitura na gestão do José Roberto Magalhães Teixeira, pois alegava que uma entidade particular como Nipo não justificava possuir um terreno de doação numa localização nobre do bairro.



Figura 42: Fachada do conjunto do Ginásio Poliesportivo do ICNBC. Fonte: produzida pela Autora. Data: 5/11/2018.

Há ainda um lote que separa o ICNBC da Praça das Cerejeiras de Gifu, tendo sido cogitada a doação para o Instituto por parte da municipalidade, entretanto esta ideia acabou

por não se concretizar (informação verbal)³. Conforme Tadayoshi Hanada, ex-diretor do ICNBC e atual presidente de honra e diretor administrativo e financeiro, e a visita técnica ao instituto, foi possível mapear a sua estrutura física.

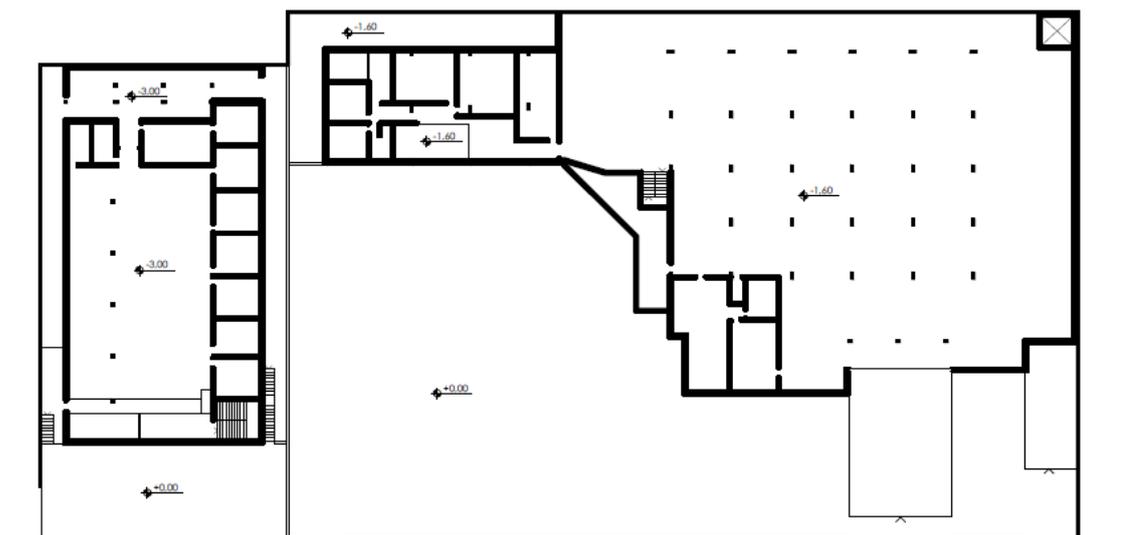


Figura 43 - Planta Baixa Antiga - SUBSOLO. Fonte: produzido pela Autora.

O instituto está dividido em duas construções: sede com administração social de dois pavimentos e o subsolo, e o ginásio poliesportivo com três pavimentos e subsolo, ligados por um corredor adaptado. A porção da sede conta com pavimento inferior, superior e mezanino, além do subsolo, totalizando uma área de 817,52 m².

³ Fala do diretor de Honra Tadayoshi Hanada, durante a ocasião da visita técnica guiada pelo mesmo.

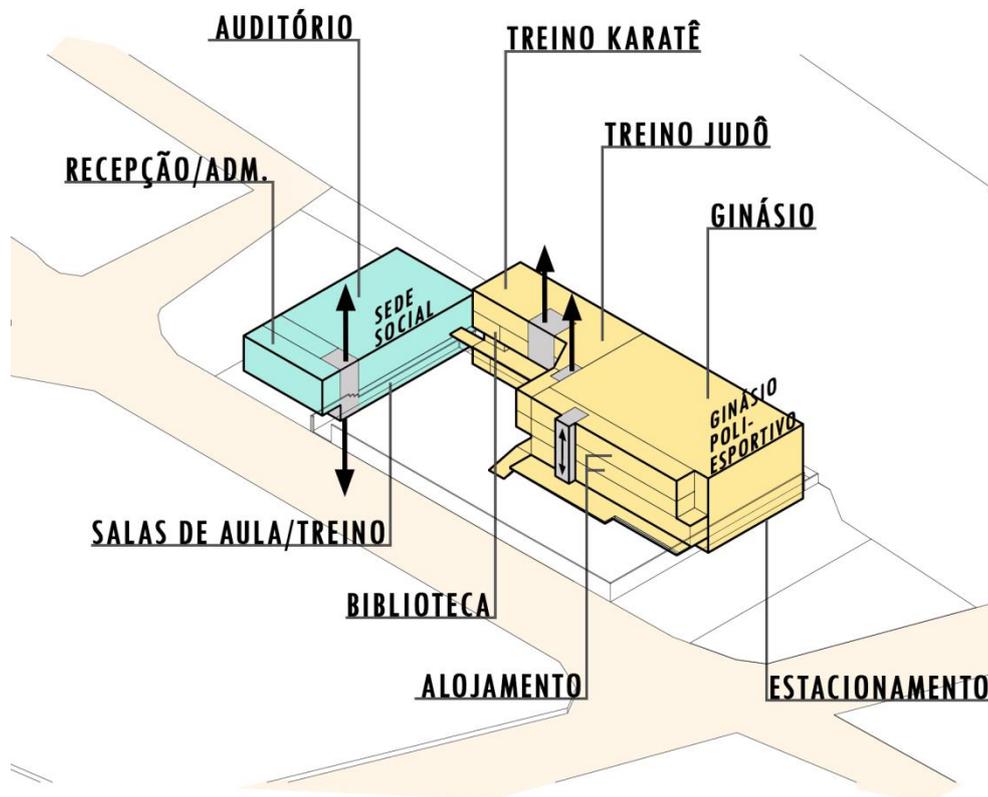


Figura 44 - Diagrama sobre as funções do Instituto. Fonte: produzido pela Autora.

O pavimento inferior, de área 480,66 m², é composto por banheiros, salas de karaokê, aikido, fisioterapia, almoxarifado, um salão de 265,96 m² com tapete de tatame, segundo Kobayashi (2006), para práticas esportivas e de dança que ali ocorrem. Ainda no subsolo, é possível notar que uma cozinha foi modificada para receber a sala do presidente de honra, além do depósito que sofreu modificações para utilizar melhor o espaço que antes era aberto. O espaço que antes funcionava como salas de aula, foi adaptado para receber vestiários do pessoal de Judô.



Figura 45 - Subsolo da Sede Social com área de treino de judô. Fonte: Produzida pela Autora. Data: 03/11/2018.



Figura 46 - Subsolo da Sede Social e salas de aulas. Fonte: Produzida pela Autora. Data: 03/11/2018.

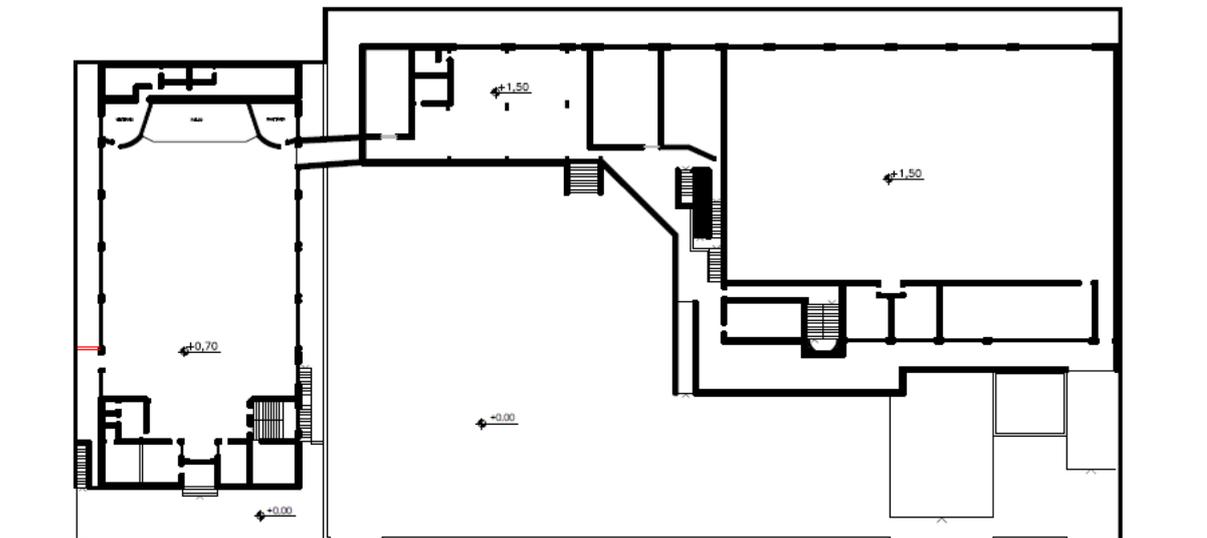


Figura 47 - Planta Baixa Antiga - TÉRREO. Fonte: produzido pela Autora.

O pavimento superior (529,76 m²) dá acesso à rua, e nela está a sala de recepção, cozinha pequena, banheiros e um salão social de 366,86 m² que conta com um palco de 9m x 4,30 m.



Figura 48 - Antiga Cozinha principal da Sede, atualmente utilizado como local de café e apoio nos eventos do instituto. Fonte: produzidas pela Autora. Data: 03/11/2018.



Figura 49 - Recepção e administração da sede social. Fonte: produzidas pela Autora. Data: 03/11/2018.

O lado esquerdo do palco, que antes eram vestiários e pequeno banheiro, sofreram modificações para abrigar camarim feminino e masculino, anteriormente localizados no subsolo.



Figura 50 - Vista ao palco do auditório da sede social. Fonte: Produzida pela Autora. Data: 03/11/2018.



Figura 51 - Vista ao palco a partir da coxia. Fonte: Produzida pela Autora. Data: 03/11/2018.



Figura 52 - Local onde havia escada caracol, ao lado do palco. Fonte: Produzida pela Autora. Data: 03/11/2018.



Figura 53 - vista camarim. Fonte: Produzida pela Autora. Data: 03/11/2018.

A adaptação foi necessária para aproximar os camarins do palco, além de evitar o uso da escada em espiral que ligavam os dois pavimentos, já que esta conexão representava perigo as pessoas.



Figura 54 - vista mezanino. Fonte: Produzida pela Autora. Data: 03/11/2018.



Figura 55 - Sala de reunião. Fonte: Produzida pela Autora. Data: 03/11/2018.



Figura 56 - Sala da presidência. Fonte: Produzida pela Autora. Data: 03/11/2018.



Figura 57 - Almoxarifado. Fonte: Produzida pela Autora. Data: 03/11/2018.

Já o mezanino possui 140,62 m², contando com salas de reuniões, da presidência, almoxarifado e os banheiros masculino e feminino. A forte insolação mantém as cortinas fechadas e trouxe a necessidade do uso de ar condicionado no espaço, o qual não há uma ocupação de forma integral durante os dias da semana. Ainda nesta parte do conjunto, há uma pequena área no piso do auditório para exposição de revistas e artigos de brechó, sendo de livre acesso a aqueles que transitam pelo espaço, porém a atividade se dá de forma adaptada e desconecta no ambiente.



Figura 58 - Brechó. Fonte: Produzida pela Autora. Data: 03/11/2018.

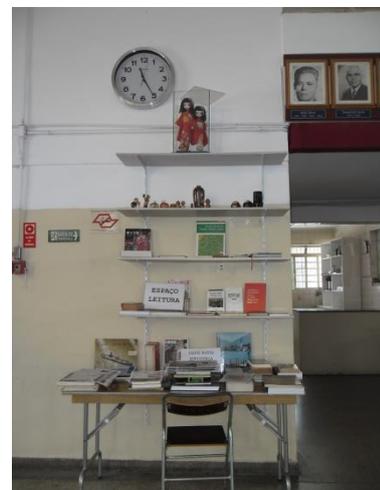


Figura 59 - Espaço para leitura. Fonte: Produzida pela Autora. Data: 03/11/2018.

A sede social possui um acesso por meio de uma pequena passarela para o edifício ao lado que abriga o ginásio poliesportivo. Esta rampa foi construída posteriormente aos dois edifícios do conjunto, devido a demanda de uma circulação direta de uma parte com a outra.

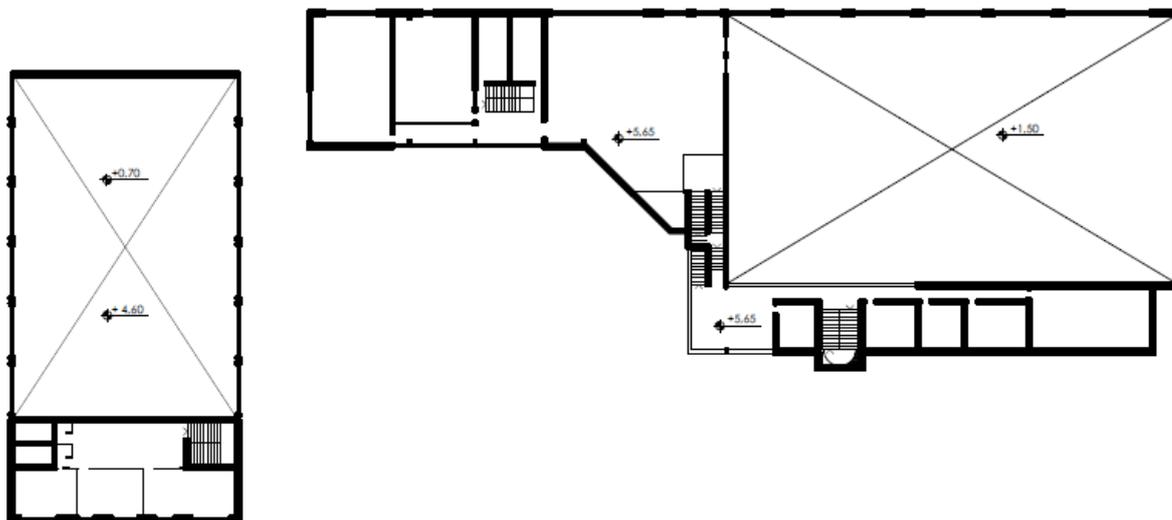


Figura 60 - Planta Baixa Antiga - 1º PAVIMENTO. Fonte: produzido pela Autora.

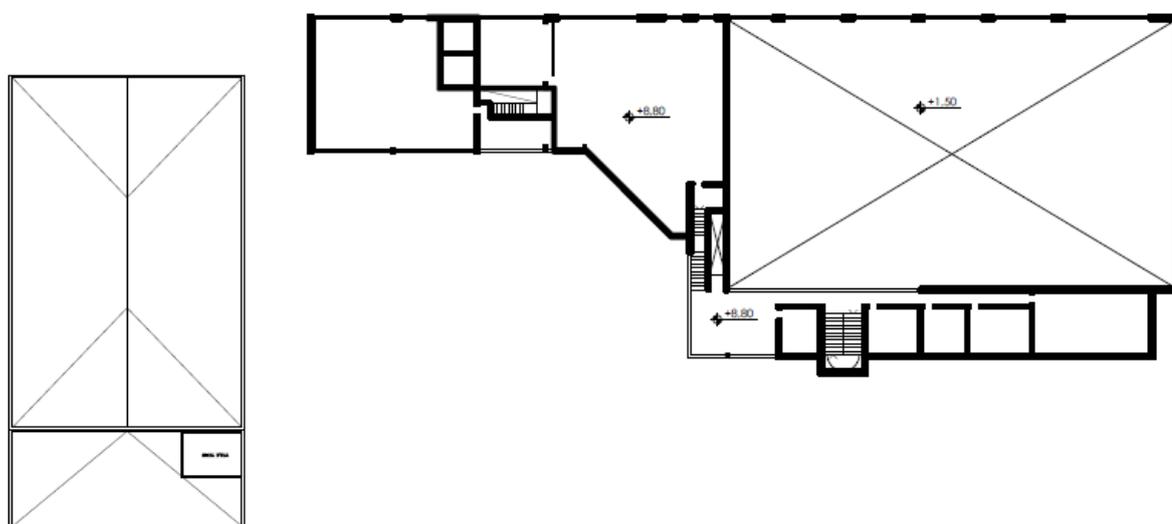


Figura 61 - Planta Baixa Antiga - 2º PAVIMENTO. Fonte: produzido pela Autora.

Os dois lotes que estão instalados os edifícios apresentam rebaixamentos distintos no seu gabarito, enquanto a porção da sede social se dá há 3,00 m abaixo do solo, o edifício do ginásio poliesportivo está situado em 1,60m abaixo do solo em seu nível mais baixo. Ambos apresentam uma precária entrada de acesso a estes níveis através do nível do solo, sendo a escada interna dos ambos edifícios a única circulação vertical que se dá diretamente ao nível mais baixo da sua instalação. De modo a vencer este desnível, foi elaborada a rampa que interligam os edifícios, sobreposta ao muro de blocos como podemos observar a seguir.



Figura 62 - Vista da rampa a partir da observação pelo lado da sede social. Fonte: Produzida pela Autora. Data: 03/11/2018.



Figura 63 - Vista da passagem improvisada do lado da sede social, abaixo da rampa. Fonte: Produzida pela Autora. Data: 03/11/2018.



Figura 64 - Vista dos fundos dos edifícios observados partir da rampa. Fonte: Produzida pela Autora. Data: 03/11/2018.

O Ginásio Poliesportivo é um conjunto arquitetônico que se organiza em 3 patamares e o subsolo, com área total construída de 3297,68 m². O seu interior é ocupado por duas cozinhas, salão de jogos, sauna, ginásio esportivo de 21 m x 31 m, biblioteca, sala de ensino de japonês, judô, informática, alojamento/sala de karaokê e estacionamento no subsolo.

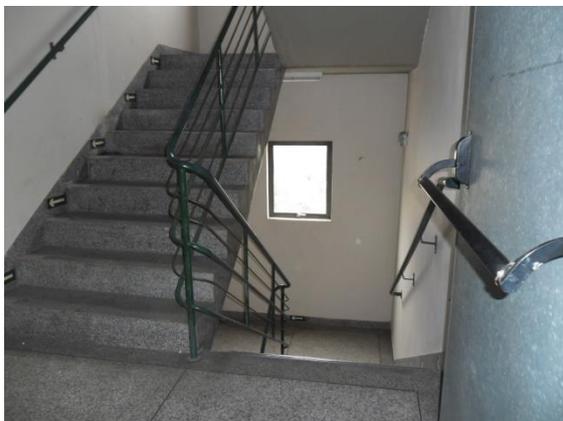


Figura 65 - Escada de incêndio. Fonte: Produzida pela Autora. Data: 03/11/2018.



Figura 66 - Escada de circulação comum vertical apresentam rachaduras. Fonte: Produzida pela Autora. Data: 03/11/2018.



Figura 67 - escada inserida posterior a construção para o acesso da parte do edifício que foi ampliada. Fonte: Produzida pela Autora. Data: 03/11/2018.



Figura 68 - escada inserida posterior a construção para o acesso da parte do edifício que foi ampliada. Fonte: Produzida pela Autora. Data: 03/11/2018.

A circulação vertical se dá por escadas, não havendo elevadores em seu conjunto. Atualmente estuda-se a possibilidade da instalação de uma rampa elevatória para atender melhor a questão da acessibilidade, já que o instituto recebe uma grande quantidade de visitantes com necessidades e da terceira idade.



Figura 69 - acesso ao nível térreo do ginásio. Fonte: Produzida pela Autora. Data: 03/11/2018.



Figura 70 - Portão eletrônico para o acesso ao estacionamento aberto. Fonte: Produzida pela Autora. Data: 03/11/2018.



Figura 71 - Portão para o acesso ao estacionamento do subsolo. Fonte: Produzida pela Autora. Data: 03/11/2018.



Figura 72 - Rampa de acesso para o nível térreo instalado de modo adaptativo. Fonte: Produzida pela Autora. Data: 03/11/2018.

Na parte térrea, como descreve Kobayashi, o terreno serve como estacionamento descoberto, que faz divisão com a rua a partir de um paredão de muro com dois portões eletrônicos. O estacionamento, em dias atípicos, serve ainda como espaço para apoio aos eventos realizados nos níveis acima, havendo necessidade de comportar maior número de pessoas.⁴ Entretanto, nos dias de funcionamento normal ao instituto, o espaço do estacionamento que completa uma cozinha industrial, sauna, vestiários e sala de reuniões permanecem desabitados. A sauna, que faz parte do programa inicial do instituto, atualmente

⁴ Fala do diretor de Honra Tadayoshi Hanada, durante a ocasião da visita técnica guiada pelo mesmo.

não se encontra em uso, devido a falta de interessados. Os vestiários também não são ocupados, por se encontrar distante dos locais de treinos e também pelo fato da maioria das salas esportivas terem formulado em seu interior vestiários e sanitários de modo adaptado.

A cozinha, outrora de pleno uso, hoje é lembrada pelo grupo de jovens que realizam ali encontros do seu grupo de atividade do Nipo, ocasionalmente.



Figura 73 - vista do estacionamento. Fonte: Produzida pela Autora. Data: 03/11/2018.



Figura 74 - Espaço residual do estacionamento aproveitado para apoio aos eventos do instituto. Fonte: Produzida pela Autora. Data: 03/11/2018.



Figura 75 - Cozinha da parte interna ao estacionamento. Fonte: Produzida pela Autora. Data: 03/11/2018.



Figura 76 - Cozinha subsolo. Fonte: Produzida pela Autora. Data: 03/11/2018.



Figura 77 - Sauna Molhada. Fonte: Produzida pela Autora. Data: 03/11/2018.



Figura 78 - Sauna seca. Fonte: Produzida pela Autora. Data: 03/11/2018.

Em todo o conjunto, é possível observar que o instituto passou por diversas adaptações para se adequar às mudanças e necessidades a fim de oferecer um espaço melhor para seus usuários. O exemplo disso é o subsolo que inicialmente foi projetado para receber uma piscina para atividades esportivas, que segundo Tadayoshi precisou sofrer alterações para se tornar um estacionamento coberto, devido ao aumento de frequentadores.

5.1 Levantamento e análise das condições funcionais

Segundo Kobayashi, o ICNBC possui duas fases distintas de histórico administrativo, ao qual o período de 1951 a 1983 a presidência era exercida pelos japoneses radicados no Brasil antes da guerra, e de 1984 até os dias de hoje a presidência tem sido exercida por imigrantes da fase pós-guerra e *nisseis*⁵. Ao longo dessas seis décadas de existência, o instituto se manteve em atividade através de uma diretoria eleita por assembleia administrativa, onde os associados avaliam as demonstrações de resultados dos candidatos e elegem um presidente, três vices, conselho deliberativo e fiscal. Demais cargos, como secretaria, equipe de auxiliares e representantes de departamentos são escolhidos por meio de indicação. Os funcionários eleitos assim são todos voluntários, na maioria por pessoas *nikkeis* e aposentados, atuando em prol do instituto para manutenção e realização das suas atividades, no entanto o quadro de funcionários atualmente conta também com servidores contratados, a fim de oferecer um serviço melhor.

⁵ *Nisseis* são pessoas com ascendência japonesa, filhos de imigrantes, ou seja, a segunda geração das famílias radicalizadas fora do seu país de origem.

ATIVIDADES OFERECIDAS	
Grupos de atividades	Crianças (Kodomo-Kai) Adolescentes (Junia-Kai) Jovens (Seinen-Kai) Senhoras (Fujin-Kai) Terceira idade (Meiji-Kai)
Esportes	4 modalidades
Artes marciais	4 modalidades
Danças	4 modalidades
Cantos	3 modalidades
Curso cultural	4 modalidades
Idioma	Japonês

Figura 79 - Tabela de atividades oferecidas, por grupos de atividades e modalidades. Fonte: Produzida pela Autora.

O ICNBC possui quatro departamentos atuantes citados pela Kobayashi, sendo eles: *Seinen-Kai* (departamento de jovens); *Fujin-Kai* (departamento de senhoras); *Meiji-Kai* (departamento de idosos) e *Karaokê Aiko-Kai* (departamento de karaokê). O *Seinen-Kai*, surge na década de 1950, é o departamento mais antigo que surgiu do interesse em comum dos jovens pelo esporte. *Meiji-Kai*, fundado em 1962, foi se firmando a medida que as colônias japonesas eram convidadas a participarem de eventos da cidade para expor a culinária de origem, estabelecendo laços afetivos entre as senhoras que se organizavam para servir a comunidade japonesa e campineira. Já *Meiji-Kai*, fundado em 1972, recebeu este nome em alusão aos associados iniciais que eram nascidos da era *Meiji* (período compreendido entre 1868 a 1912 do Japão), no entanto atualmente o nome já não contempla mais o departamento, pois há poucos associados desta época. O departamento foi criado com intuito de associar os idosos da comunidade japonesa. Já o *Karaokê Aiko-Kai*, departamento de karaokê, foi fundado em 1986 sendo o mais novo departamento do instituto. A sua criação é anterior a data de registro, pois havia o intercambio firmado entre o instituto e Gifu, uma cidade irmã no Japão, que facilitou a troca cultural e disseminação do karaokê como uma modalidade de lazer na associação.

Os departamentos assim oficializados em associação ao ICNBC surgiram de uma maneira quase que natural, como produto da relação amistosa e familiar que os imigrantes japoneses mantinham nas colônias aqui estabelecidas. Suas atuações eram importantes para consagrar o instituto, apesar de haver total autonomia entre eles. É possível constatar que os

departamentos, enquanto associações possuíam objetivos diversos, mas com o mesmo desejo de fazer manter as tradições e costumes, identificados pelos mesmos valores e representados por uma associação maior, o ICNBC, como a sua referencia em comum. Apesar do empenho e dedicação de seus participantes, é notável também que os departamentos precisam de uma força que atue na sua potencialização, a medida que cada ano seus associados se tornam mais idosos e tem-se o esvaziamento, com a conseqüente sobrecarga dos associados que permanecem.

O ICNBC oferece cerca de 30 cursos regulares, além das atividades coordenadas pelos departamentos. É possível ingressar nas atividades mesmo não sendo sócio, há também intercambio de treinos, conforme podemos ver na tabela a seguir as atividades e cursos oferecidos.

CURSOS E ATIVIDADES REGULARES DO NIPO	
AIKIDÔ: defesa pessoal e artes marciais	aulas manhã, tarde e noite
AULAS DE KARAOKÊ	consultar professores
ARTESANATO	segundas e quartas feiras
BOM-ODORI: dança típica japonesa	às quartas feiras
CORAL JAPONÊS	toda primeira quinta do mês
DANÇA DE SALÃO	terças e quintas feiras
FUJIN-KAI: comissão de senhoras	segundos sábados do mês
FUTSAL	agendamento de sócios e não sócios
GUEITEBOL	de segunda a sexta feira
IKEBANA: arte de arranjos florais	às quartas feiras
INFORMÁTICA: curso básico para terceira idade	consultar disponibilidade
JUDÔ: esporte de combate, artes marciais	segundas e quartas feiras
JUNIA-KAI: grupo de jovens	aos domingos
KARATÊ: artes marciais	segundas e quartas feiras
KARAOKÊ: aula de canto	segundas e sextas feiras
KENDÔ: combate de espadas, artes marciais	às sextas feiras
KENKO TAISSO: grupo de ginástica japonesa	às quartas feiras
KODOMO-KAI: grupo de crianças	todos os domingos
LÍNGUA JAPONESA: aula de idioma japonês	de segunda a sábado
MELJI-KAI: grupo da terceira idade	às quartas quintas feiras do mês
ODORI CLÁSSICO E FOLCLÓRICO: dança tradicional	às terças feiras
OFICINA DE ORIGAMI	todo segundo domingo e terças feiras
QI GONG e LIAN GONG	quartas e sextas feiras
SAUNA	às quartas feiras
SEINEN-KAI: comissão dos jovens	todo sábado
SHODÔ	segunda e quarta segundas feiras do mês
TAIKÔ	segunda e quartas feiras
TURISMO	consultar disponibilidade
VÔLEI	às quartas e sextas feiras
YOSAKOI-SORAN: dança mista de duas vertentes tradicionais do Japão	às terças feiras
ZUMBA	quartas e sábados

Figura 80: Tabela de atividades e cursos oferecidos atualmente no ICNBC. Fonte: Produzida pela Autora.

Desta forma, diante das análises e dados aqui explicitados, desde o apanhado histórico a cerca da fundação do instituto até as suas funcionalidades, é possível avaliar sobre a relação deste com o seu entorno e a cidade, além das relações que produz com seus usuários e pessoas interessadas. O ICNBC enquanto instituto se propõe a divulgar e trabalhar na preservação dos ideais e costumes japoneses, para alcançar tanto a comunidade japonesa quanto as pessoas interessadas, de dentro e fora da cidade de Campinas. No entanto, o espaço sediado pelo instituto, apesar de amplo, possui problemas de distribuição e acessibilidade, adaptando o seu espaço para contemplar melhor as atividades ali oferecidas, porém adaptações estas que acabaram por produzir espaços residuais dentro da própria instituição. Atualmente o instituto

creceu de modo a apresentar necessidade de se adaptar as mudanças sofridas ao longo do tempo, o que aliado ao potencial do seu uso, para além das práticas internas, justifica a proposta de intervenção para reabilitação deste, para que a oferta de atividades e acesso a cultura possa ser potencializado, e o espaço que hoje sedia o palco de tantas manifestações culturais, possa se abrir também no âmbito social da cidade, podendo melhorar as conexões urbanas a que está inserido.

A intenção em reabilitar este equipamento se deve à representação que este tem na sociedade, por ser uma construção de importante valor cultural e histórico para a comunidade nipo brasileira e campineira. Na atualidade é possível identificar diversos problemas provocados não somente ao conforto e funcionalidades, mas também aos desgastes dos anos de uso sem uma manutenção devida e sobreposições de medidas adaptativas.

Capítulo VI – Proposta de reabilitação do Instituto

6.1 O partido

A proposta de projeto de reabilitação considerou todos os itens expostos e analisados ao longo do presente estudo, como os condicionantes físicos, aspectos culturais, o histórico do edifício e o seu valor simbólico, e as necessidades dos usuários pela reformulação dos espaços existentes.

Não é proposta, então, neste trabalho, a elaboração de projeto arquitetônico detalhado, mas a elaboração de um plano de intervenção nos edifícios com abordagem da conexão dos espaços internos e externos, e a inserção de novos usos capazes de alcançar de forma plena as potencialidades identificadas no instituto, bem como objetivando uma melhor experiência e ambiência a produzir vivência urbana.

O partido que se seguiu ao projeto de intervenção foram dois aspectos: a conexão urbana do sítio construído, através da criação de espaços com maior permeabilidade, e a manutenção dos programas de atividades já oferecidas pelo instituto, os quais refletem em riquezas de valores culturais que serão ofertadas a cidade, complementadas com programas estratégicos para a reativação do Instituto.

Os diagramas a seguir procuram demonstrar o processo de evolução para a elaboração da proposta final, a fim de evidenciar os principais condicionantes que o ICNBC apresentou para sua readequação – aspectos que foram barreiras para a concepção da proposta arquitetônica e ao mesmo tempo potencializadores de uma nova abordagem.

Os dados do levantamento estrutural foram obtidos através da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de Campinas, os quais se tratam das plantas registradas datadas nos anos da sua construção. Os aspectos estruturais faltantes que necessitavam para a compreensão efetiva da construção foram levantados em campo pela autora, mediante autorização prévia do diretor de honra do instituto.

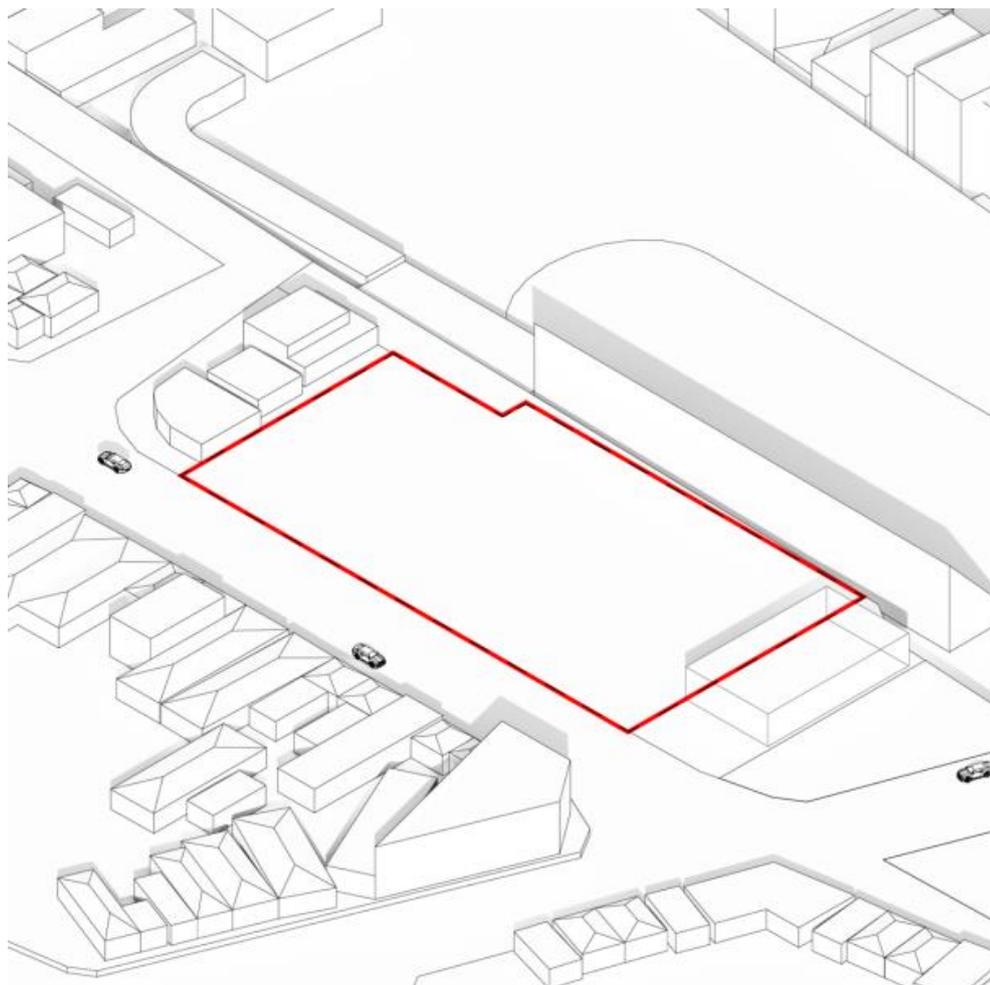


Figura 81 - Diagrama representativo da área de intervenção. Fonte: produzida pela Autora.

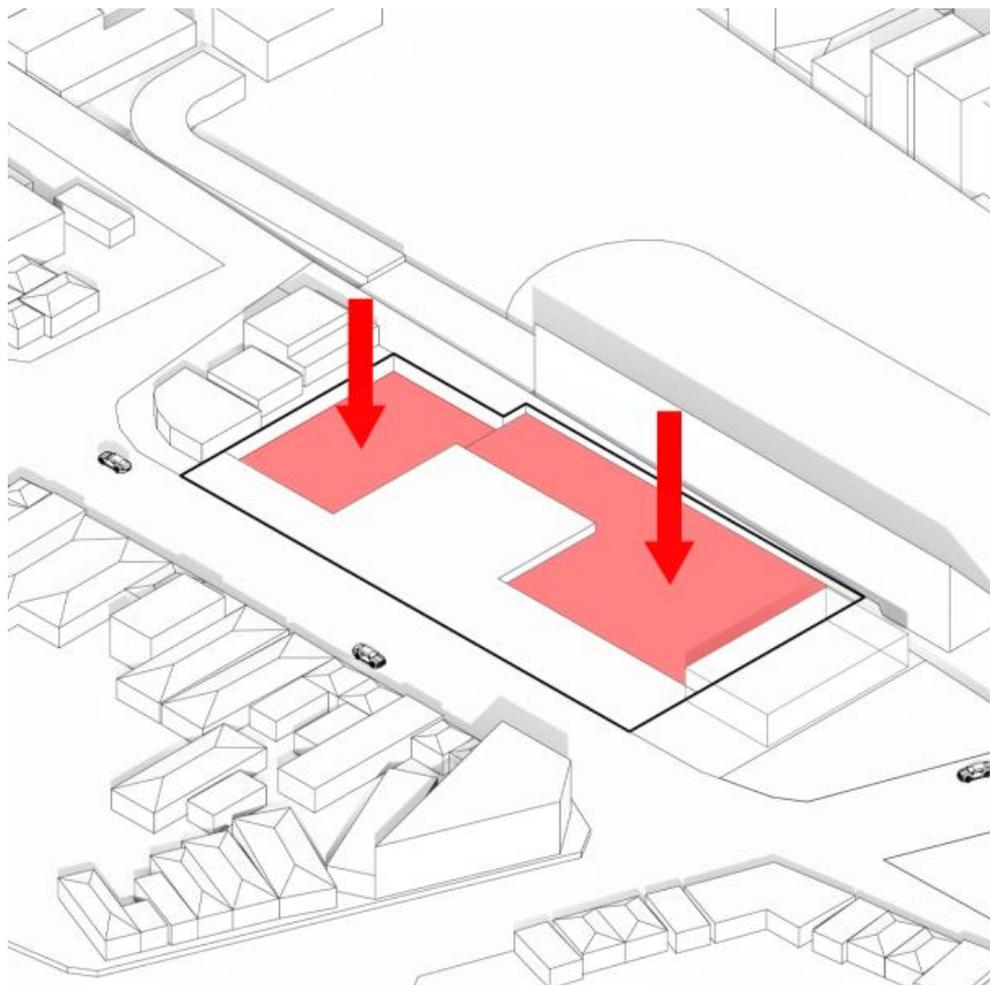


Figura 82 - Diagrama representativo da área de intervenção com diferença de nível de implantação destacada. Fonte: produzida pela Autora.

O primeiro diagrama demarca o território da construção existente. No segundo diagrama é demonstrada a diferença de nível da implantada que se apresenta no sítio, sendo a porção da Sede Social a mais baixa, situado há 3 m abaixo do nível do solo, e a porção que representa o conjunto do Ginásio Poliesportivo implantado há 1,60 m abaixo do solo.

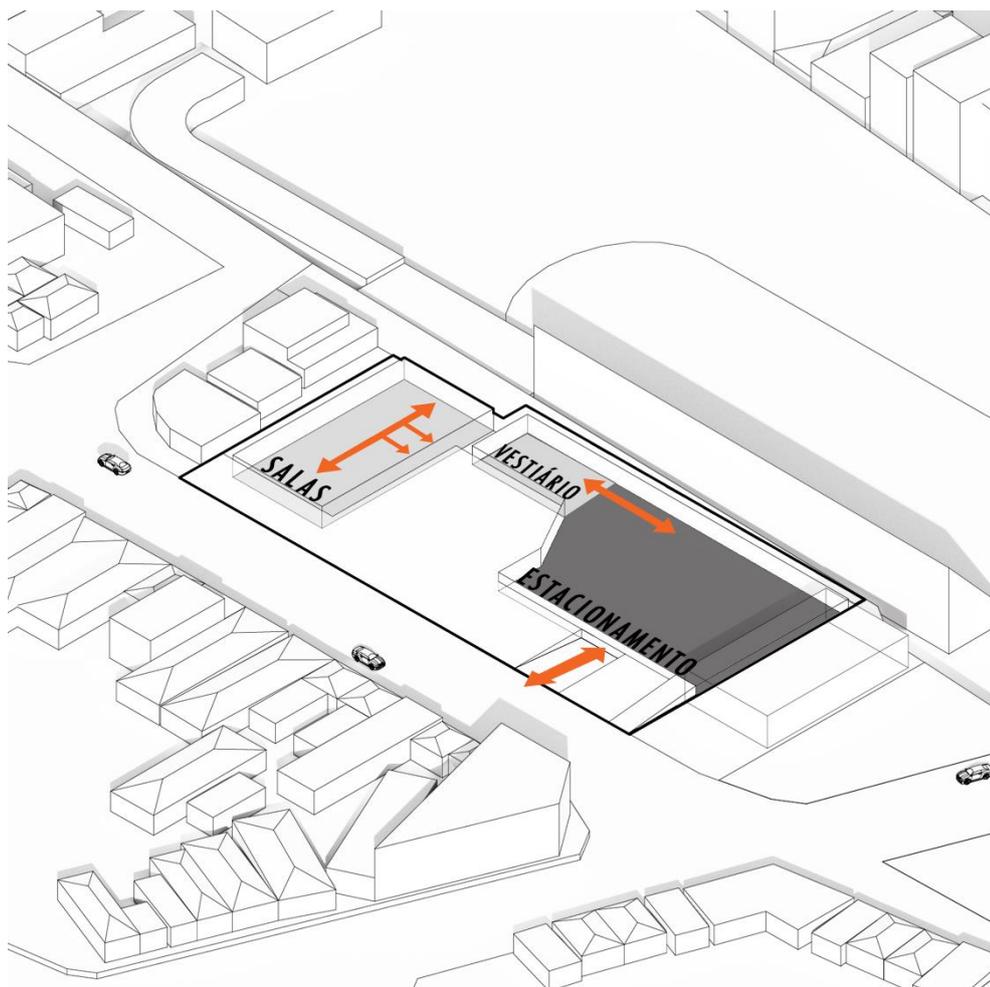


Figura 83 - Diagrama representativo da área de intervenção – usos e circulação – nível subsolo. Fonte: produzida pela Autora.

Neste nível, o Instituto apresenta um grande estacionamento, além do vestiário, onde também se encontra uma cozinha industrial subutilizada e saunas que atualmente se encontram desativadas. Na outra porção do edifício se encontra um vão desocupado ao meio da edificação, onde treinos de algumas modalidades de esportes oferecidas são realizados de modo adaptado, além de vestiários, salas de aulas desocupadas e uma cozinha que foi adaptada para receber a sala do diretor de honra – local de má iluminação e calefação, além do acesso dificultado por se encontrar longe da circulação do nível.

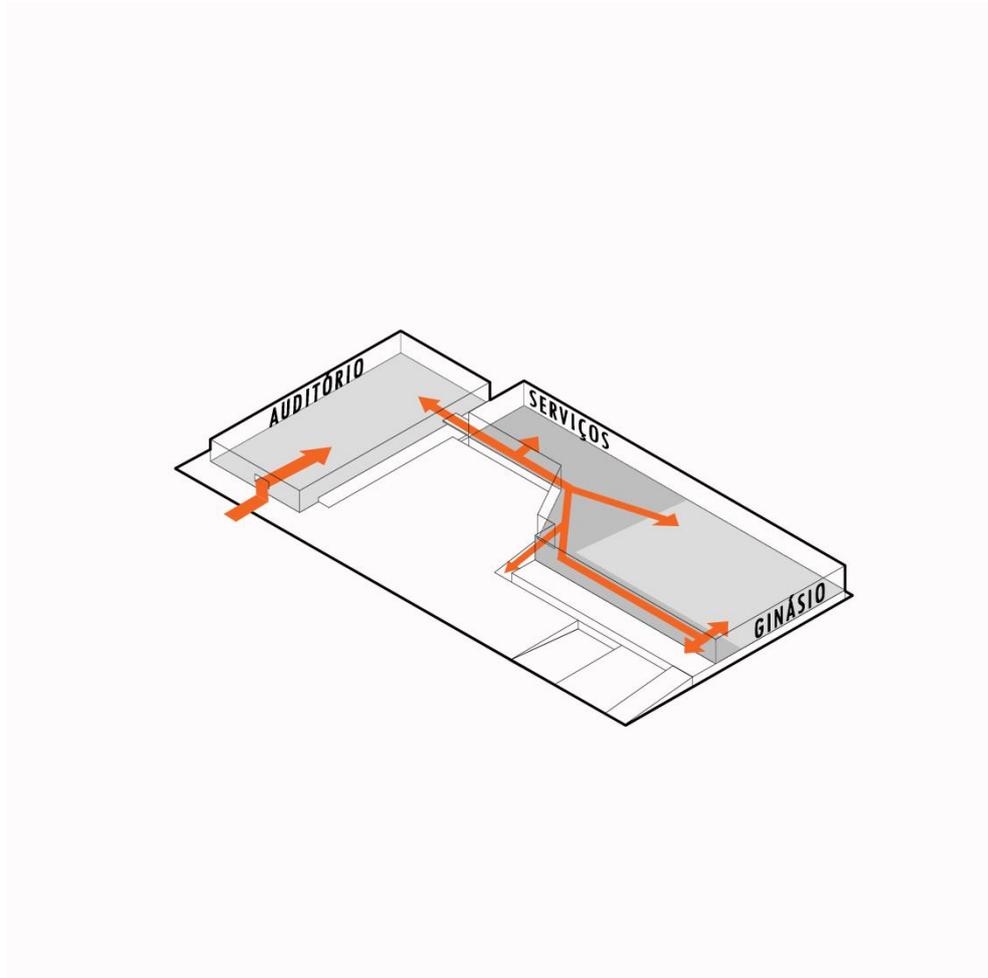


Figura 84 - Diagrama representativo da área de intervenção – usos e circulação – nível térreo. Fonte: produzida pela Autora.

No nível térreo, acontecem os acessos principais ao instituto. O acesso à porção do edifício que abriga o auditório se dá vencendo um desnível de 0,70 m acima do nível do solo, e como demonstrado na apresentação do Instituto não há preocupação com a acessibilidade. Já a outra porção que abriga o ginásio possui uma rampa de acesso, entretanto seus níveis de inclinação não respeitam a taxa prevista pela norma de acessibilidade. Ainda neste nível é onde acontece o único acesso entre o conjunto edificado, por meio de passarela levemente inclinada.

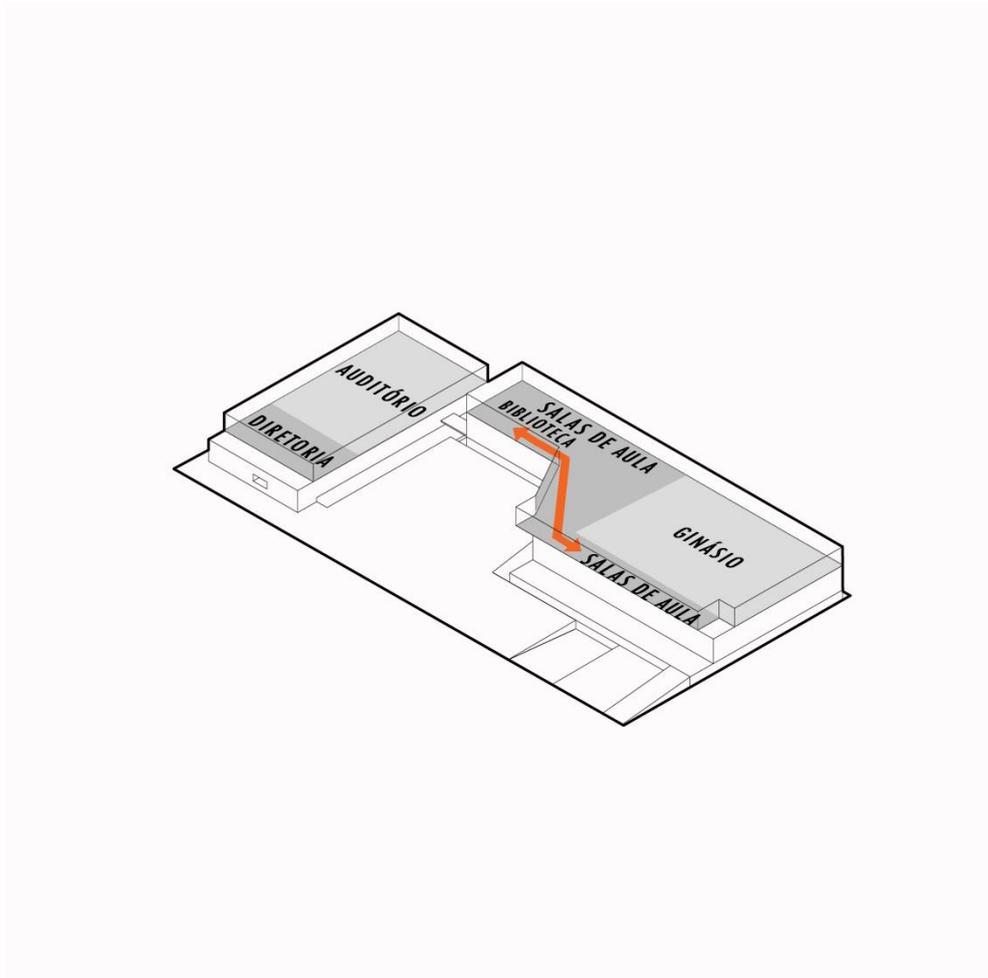


Figura 85 - Diagrama representativo da área de intervenção – usos e circulação – nível 1º pavimento. Fonte: produzida pela Autora.

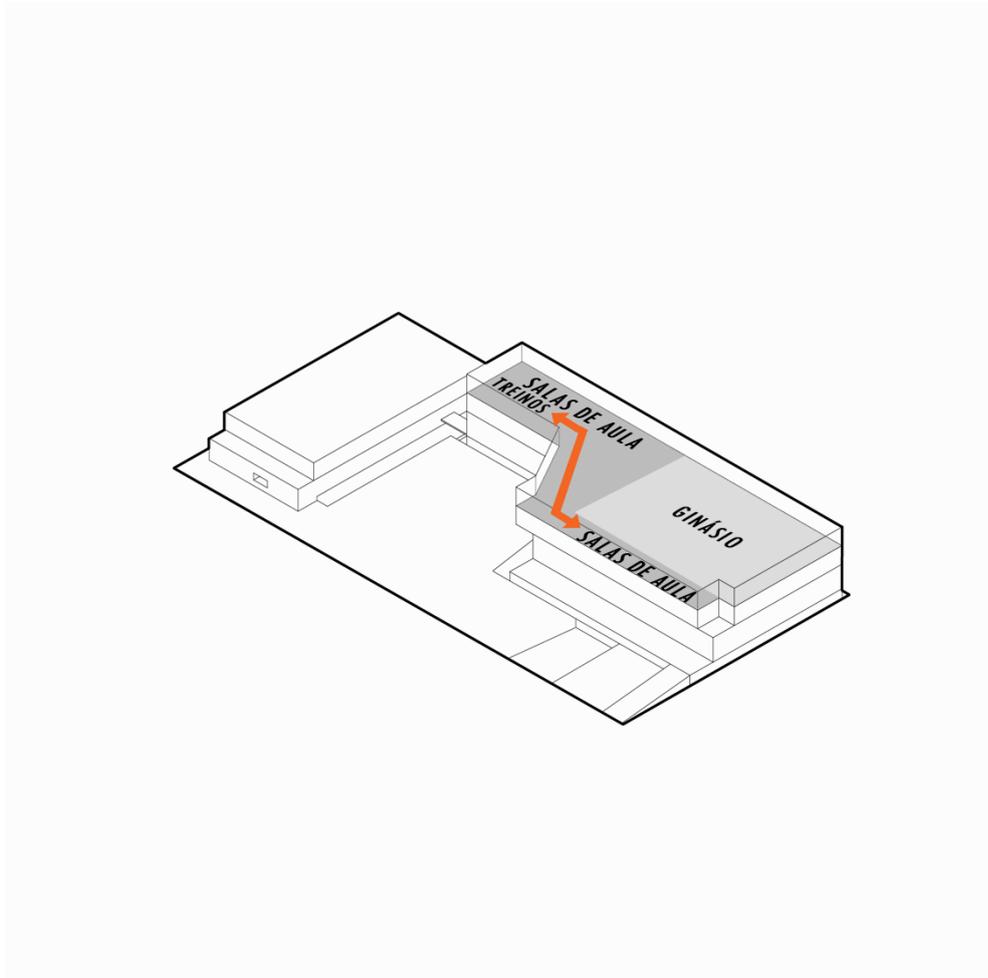


Figura 86 - Diagrama representativo da área de intervenção – usos e circulação – nível 2º pavimento. Fonte: produzida pela Autora.

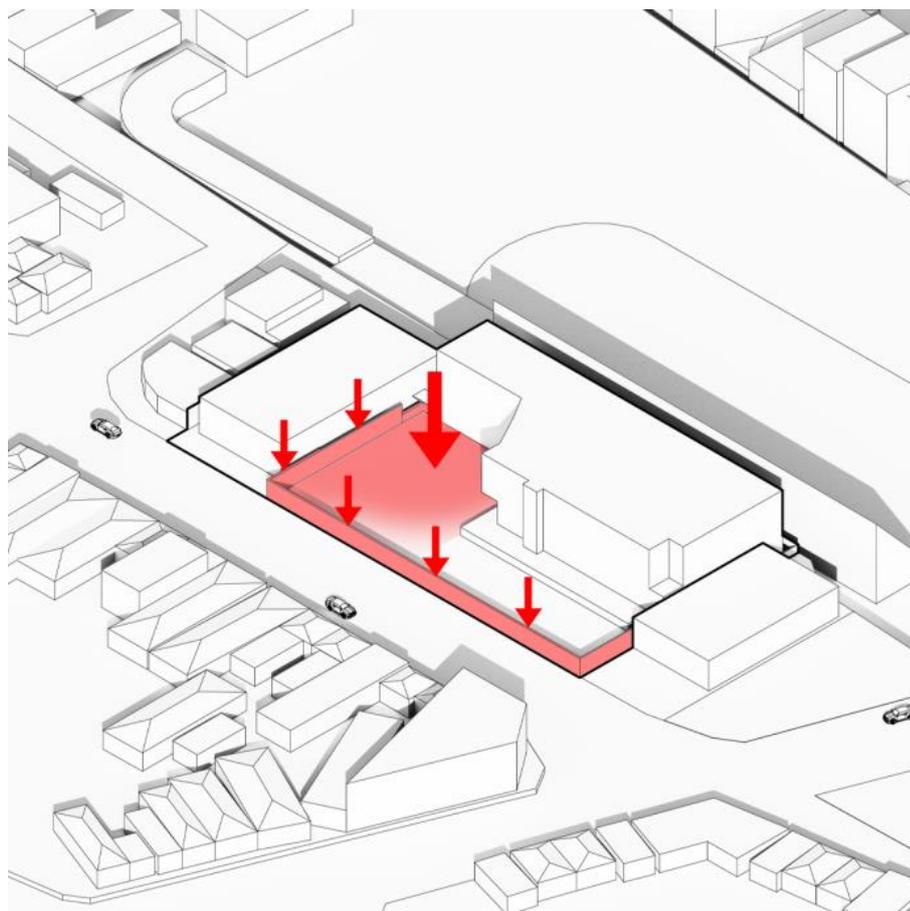


Figura 87 - Diagrama representativo da área de intervenção – problemáticas –. Fonte: produzida pela Autora.

Neste diagrama, representada a volumetria atual, está em mancha identificada as áreas do instituto que apresentam problemáticas de conexão dos espaços, como o muro alto de concreto que cerca a maior parte do edifício, impactado visualmente a quem circula; o grande pátio central interno que segregam em 3 níveis diferentes a base do projeto. É desenvolvida então a proposta de adequação dos pontos referenciados considerando o partido projetual.

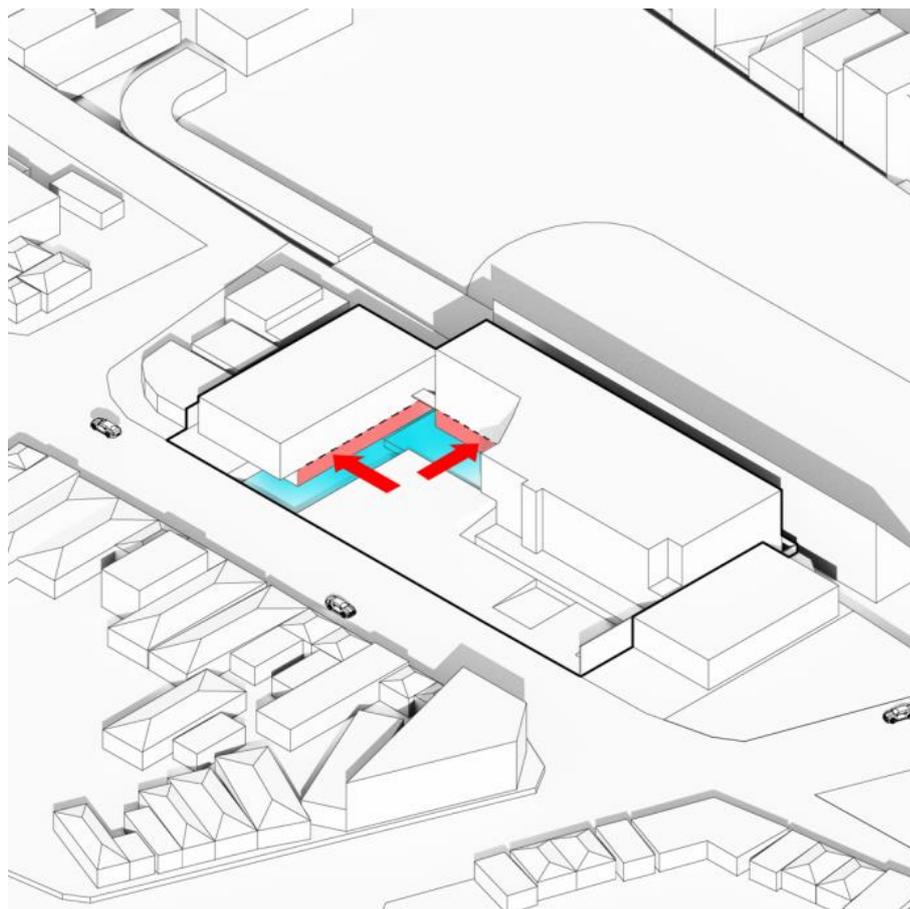


Figura 88 - Diagrama representativo da área de intervenção – processo –. Fonte: produzida pela Autora.

Seguindo-se o partido do projeto, o terreno foi integrado com a retirada dos muros, e a repartição do solo escalonada revela uma transição mais amigável para a circulação dos espaços. As faces dos edifícios que ficariam expostas com o recorte do terreno foram afastadas, de modo a se criar espaços livres de usos coletivos, tanto interna quanto externamente.

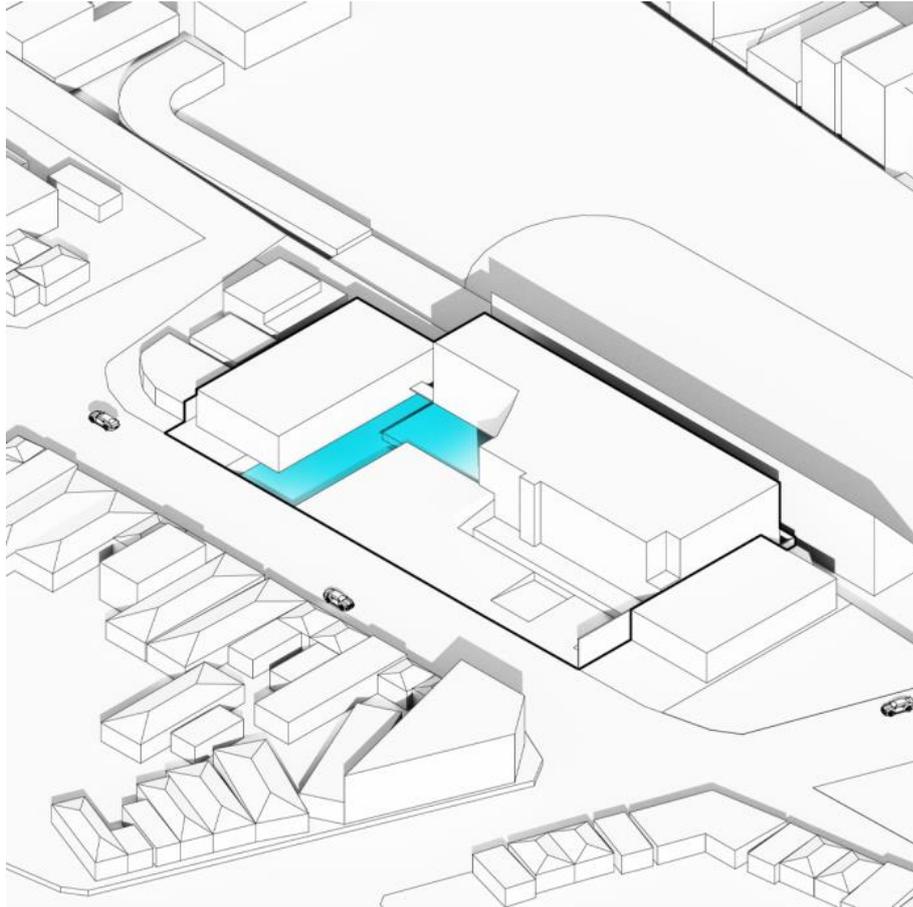


Figura 89 - Diagrama representativo da área de intervenção – processo –. Fonte: produzida pela Autora.

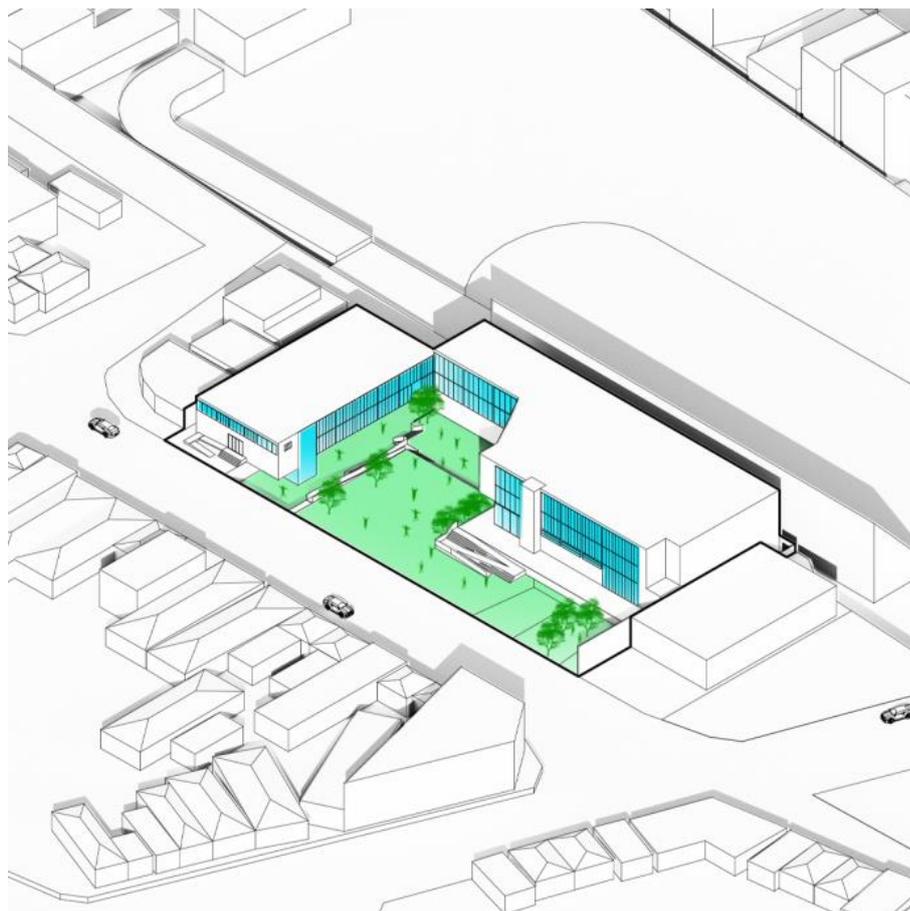


Figura 90 - Diagrama representativo da área de intervenção – processo –. Fonte: produzida pela Autora.

Para atender as questões de acessibilidade, foram propostos modelos de rampas de acesso aos novos níveis criados, além da adequação daquelas já existentes. A fachada recebe o tratamento de vedação de vidro, favorecendo maior eficiência energética e proporcionando iluminação aos espaços internos.

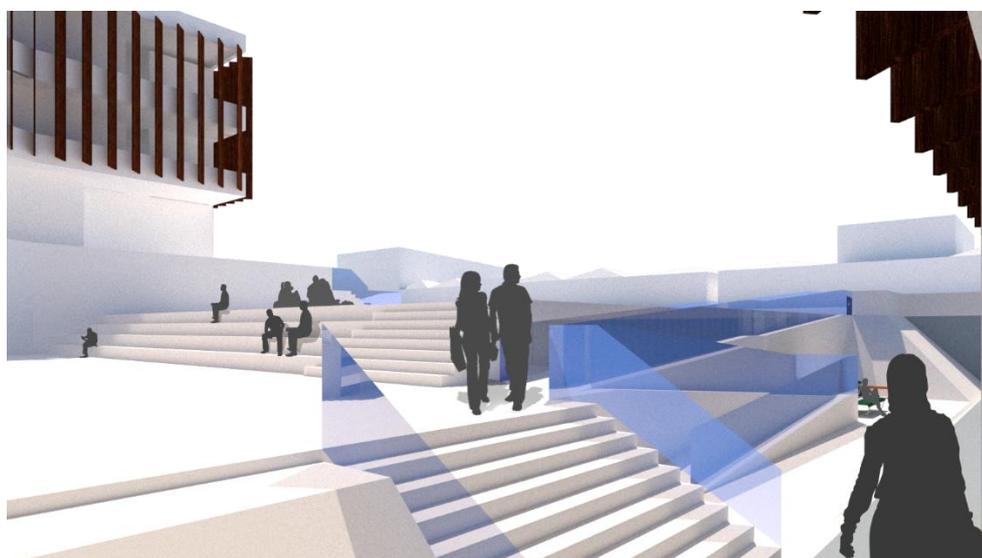


Figura 91 - Vista do novo platô criado com transição entre os níveis, com rampas para acessibilidade e escadas arquibancadas. Fonte: produzida pela Autora.



Figura 92 - Vista para nova área coletiva do restaurante, criado com afastamento da face do edifício e repartição do solo. Fonte: produzido pela Autora.

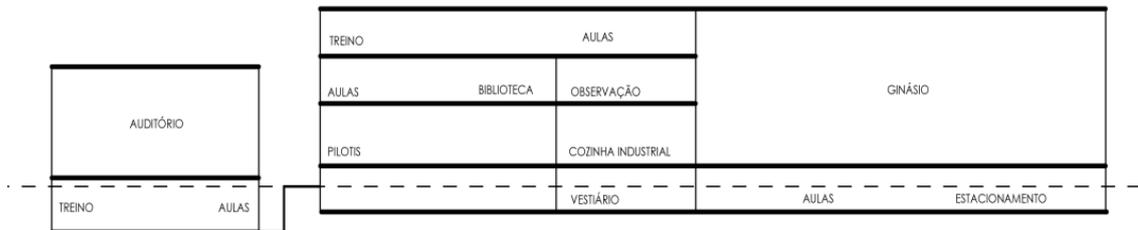


Figura 93 - Corte esquemático das funções - ICNBC antes da intervenção. Fonte: produzida pela autora.

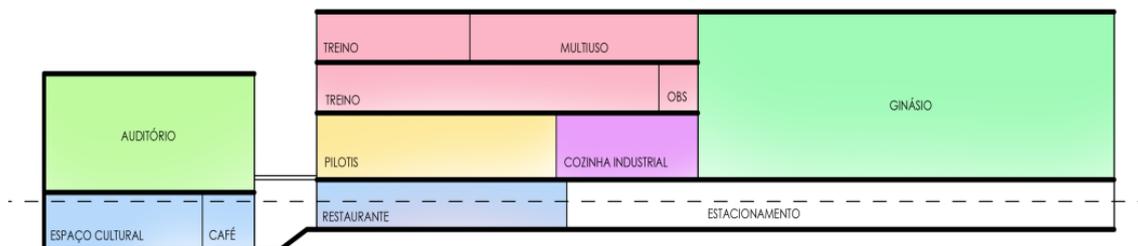


Figura 94 - Corte esquemático das funções - ICNBC depois da intervenção. Fonte: produzida pela autora.

6.2 Projeto final

A seguir serão demonstrados diagramas de conceituação da proposta final, aos quais as características potencializadas e criadas estão em destaque principal.

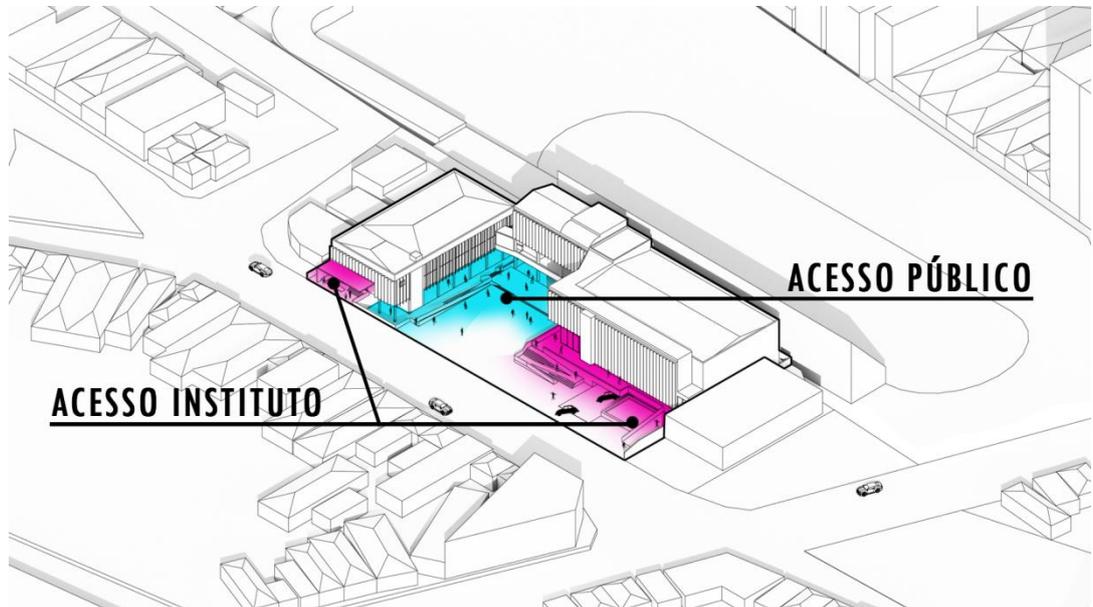


Figura 95 - Diagrama de novos acessos. Fonte: produzida pela Autora.

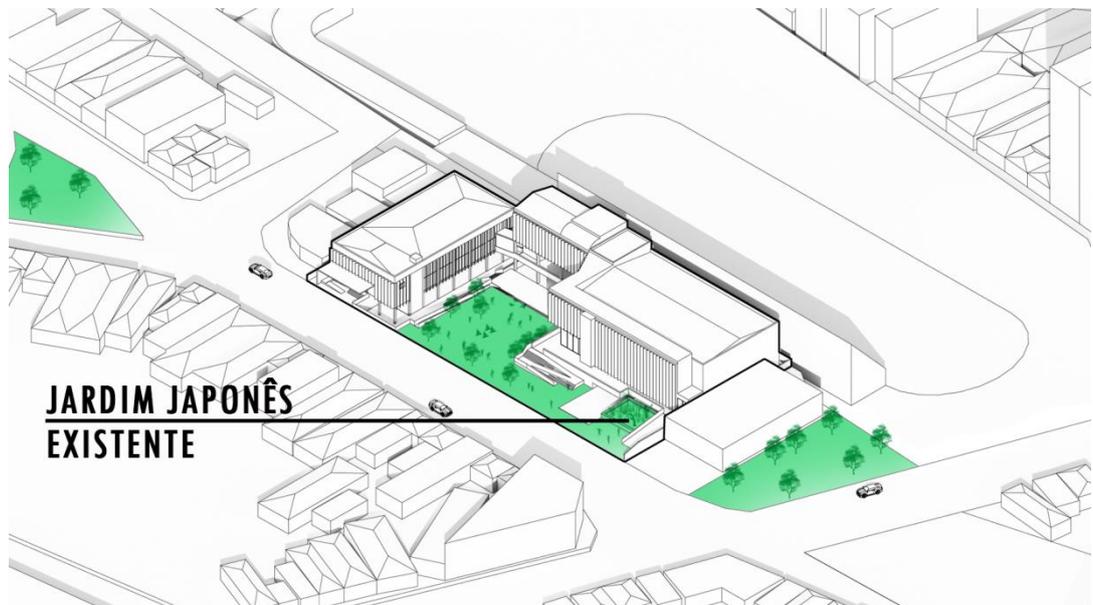


Figura 96 - Diagrama – possíveis contatos com vegetação. Fonte: produzida pela Autora.

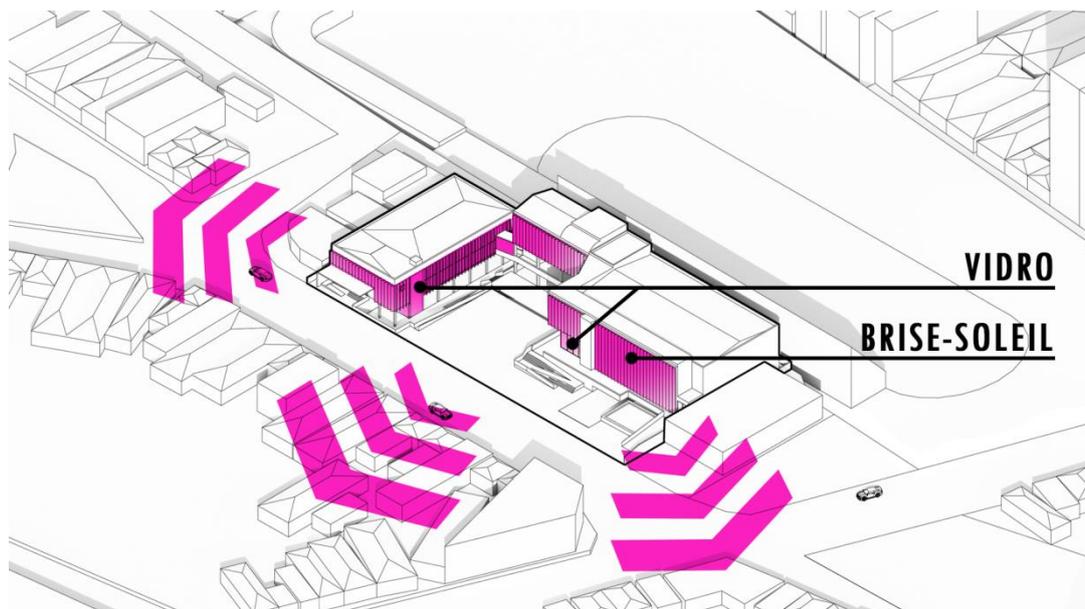


Figura 97 - Diagrama – tratamento das fachadas. Fonte: produzida pela Autora.

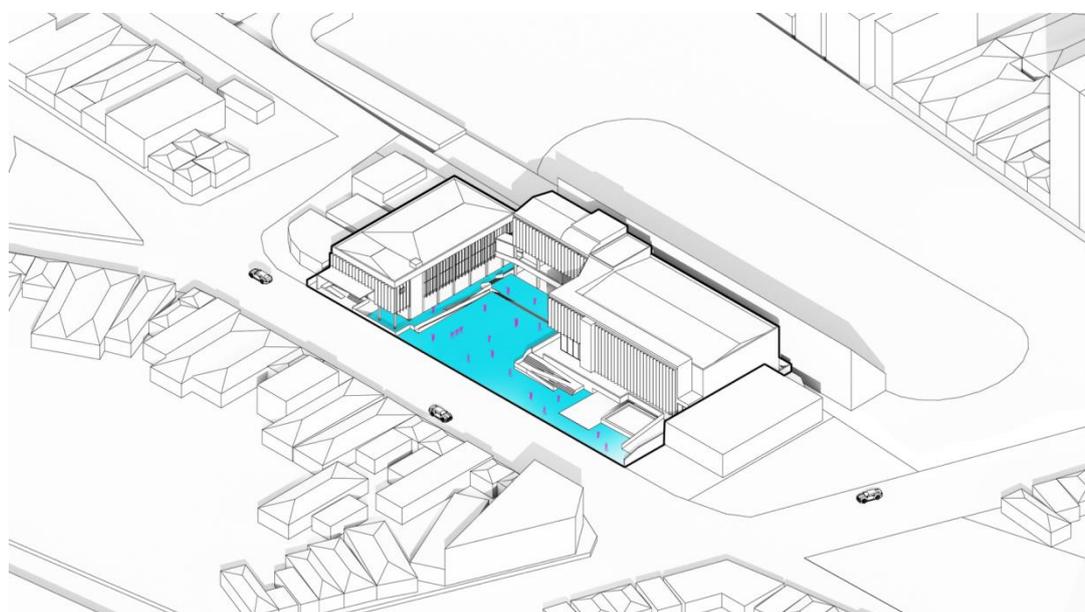


Figura 98 - Diagrama – espaço coletivo de uso público. Fonte: produzida pela Autora.

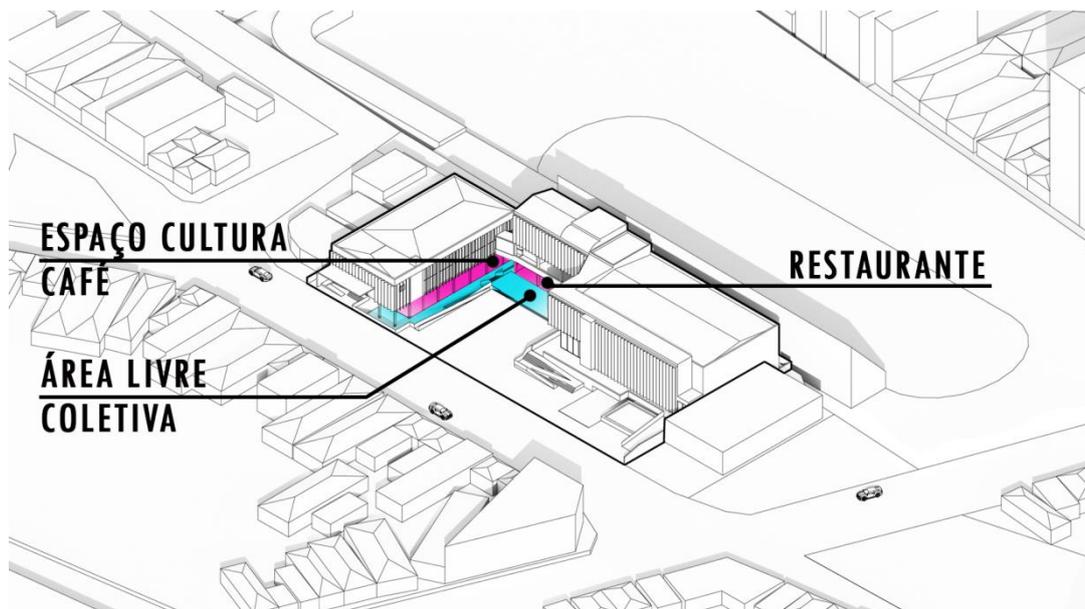


Figura 99 - Diagrama – programas agregadas. Fonte: produzida pela Autora.

A livre circulação proporcionada pela retirada do muro e rebaixamento gradativo do terreno criou áreas potenciais para a instalação do novo programa, aos quais se dividem em Espaço Cultura, Café, Restaurante e Área Livre Coletiva.

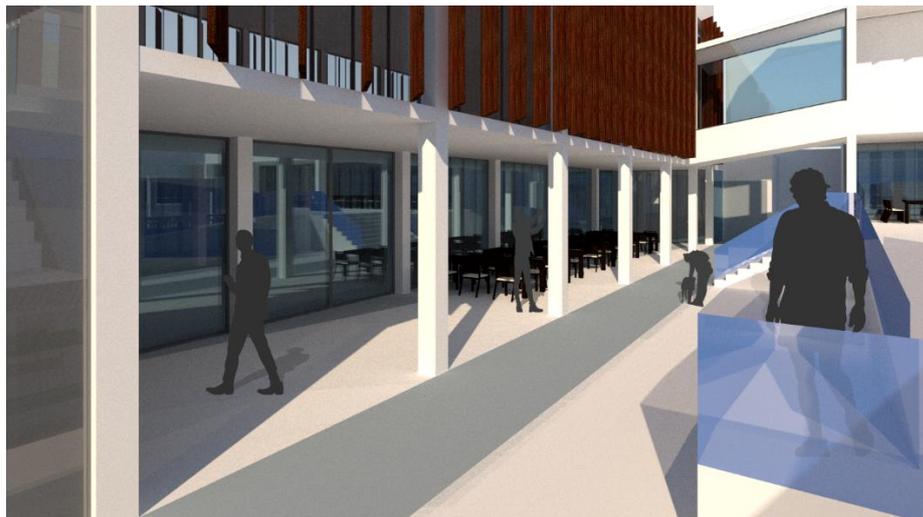


Figura 100 - Vista para Espaço Cultura e Café que compartilham o mesmo espaço externo. Fonte: produzido pela Autora.

O Espaço Cultura oferecerá acesso ao acervo original da biblioteca do ICNBC e também a outros tipos de informação diversificada, além da midiateca para usos diversos da instituição.

O espaço para instalação de Café aproveita-se da relação com o Espaço Cultura para potencializar o uso pelas pessoas, podendo ser explorado por concessão onerosa de uso. O

potencial interessado terá a possibilidade de se instalar em um equipamento cultural de grande porte na região e poderá atrair para o espaço novos usuários.

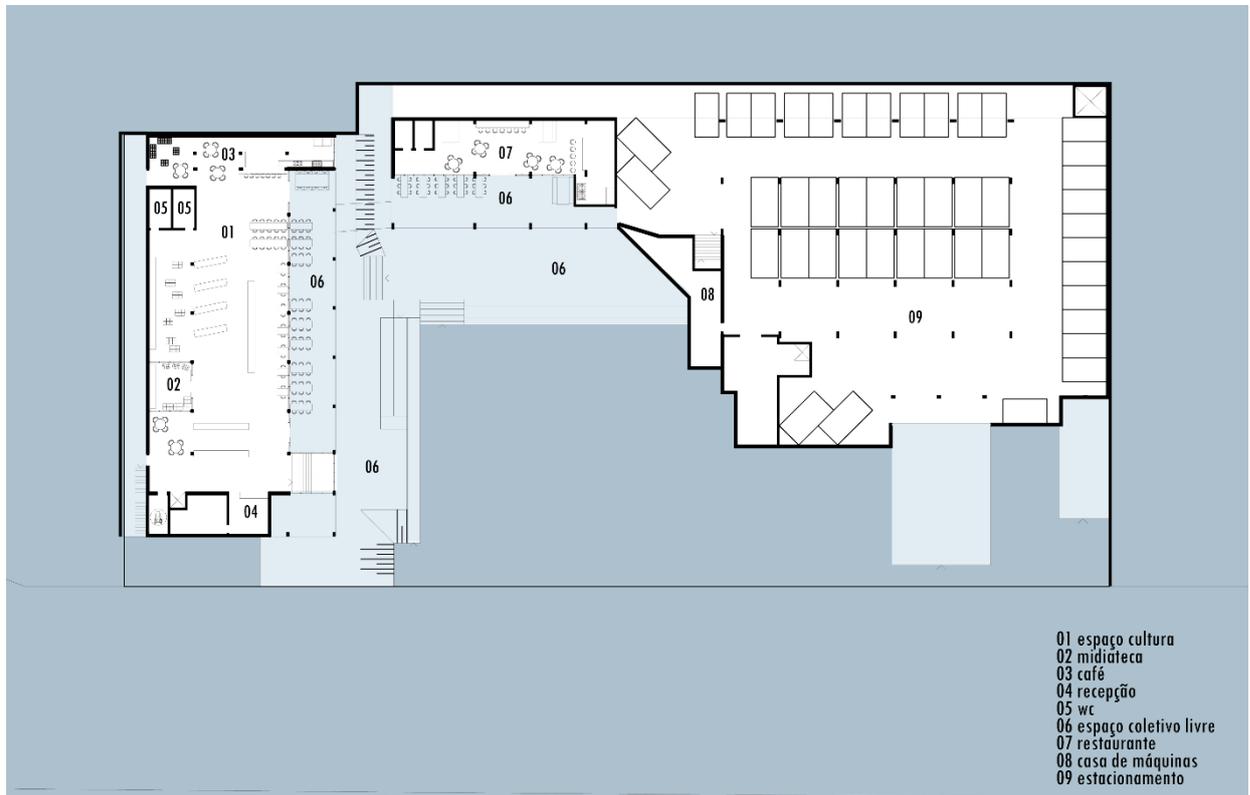


Figura 101 - Planta Baixa Reabilitada - SUBSOLO. Fonte: produzido pela Autora.

O Restaurante aproveita-se da porção do edifício onde já apresenta estrutura para cozinha de grande porte, sendo adequada para o seu novo uso. Considerando a região urbana onde está inserido o equipamento cultural, o restaurante se justifica pelo público existente da sua futura utilização, como a população do entorno e trabalhadores que passam o dia na região, podendo gerar uma dinâmica urbana que se obtém da interação e apropriação. Sugere-se ao novo programa a gestão de forma concessionária também, justificado pelos mesmos fins citados acima.



Figura 102 - Vista dos novos espaços coletivos criados por vão livres de afastamento de fachadas. Fonte: produzida pela Autora.

Para o externo do Espaço Cultura e Restaurante, se abrem vãos livres obtidas pelo afastamento das fachadas, onde o público poderá decidir a forma como ocupar este espaço: seja para a continuação da leitura do seu livro, para almoçar ao ar livre, da permanência e transição, o espaço se qualifica a medida do uso que provocará a população, atraindo-os a um espaço acolhedor e de trocas onde as dinâmicas urbanas poderão acontecer de forma imprevista e espontânea.



Figura 103 - Vista do vão livre do Espaço Cultura e Café. Fonte: produzido pela Autora.

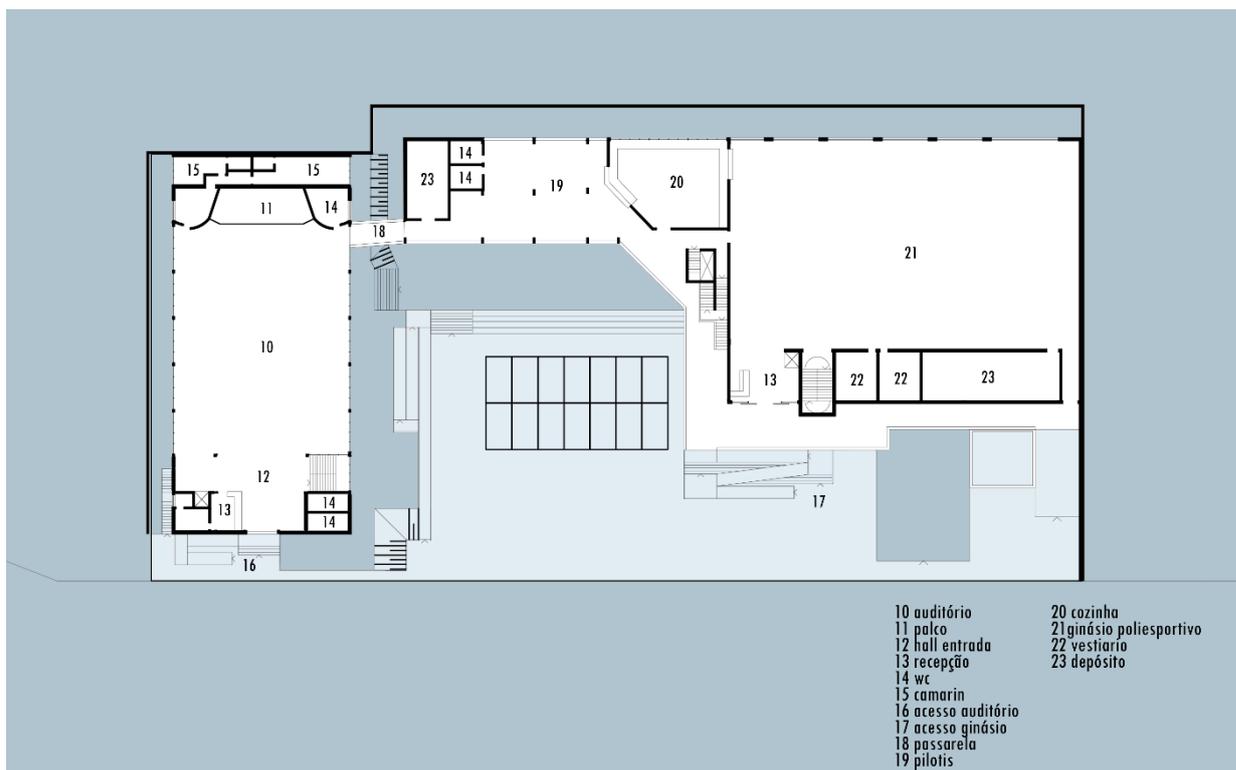


Figura 104 - Planta Baixa Reabilitada - TÉRREO. Fonte: produzido pela Autora.

Para além destas áreas livres, o Instituto conquista também uma praça central, onde possui contato visual com a maior parte do conjunto, agora sem cerramento dos muros. Estende-se de forma livre ao espaço que se abre para a rua, possibilitando diversas formas de ocupação, desde feiras e eventos culturais que já fazem parte da agenda do instituto, bem como um espaço para a livre circulação e convidativo para se chegar cada vez mais perto do ICNBC.

O paisagismo não foi elemento considerado na presente proposta, visto que aqui se apresentam formulações para a exploração da relação das pessoas com o conjunto edificado, a fim de promover a interação e apropriação para potencializar o espaço e trazer para o âmbito da coletividade os processos da dinâmica urbana. O paisagismo pode ser aplicado de forma complementar a este estudo, podendo ser executada posteriormente de forma a integrar a execução técnica projetual.

O espaço livre abre para um leque de atividades e dinâmicas que podem acontecer ali, podendo ser experimentado não apenas por usuários do instituto ou aos associados, mas

também por todo o público: não possui barreiras físicas e apresenta opções diversificadas para a sua permanência no local, sendo uma extensão da calçada com respiros e qualidade.



Figura 105 – Vista proposta Instituto reabilitado. Fonte: produzido pela Autora.

A fachada do conjunto de edifícios recebe tratamento de elementos que facilitam a sua inserção visual no entorno, ao valorizar o uso de madeira no volume mais externo e fechamento em vidro internamente.

A solução tem por base as pesquisas realizadas em estudo de referenciais projetuais, nos quais seja o edifício novo ou existente, trabalha-se numa fachada com maior permeabilidade e conforto, proporcionando iluminação natural controlada pelo uso de brise-soleil, além da ventilação natural favorecida. Esta aplicação favorece não somente no âmbito do conforto, mas também faz relação com o entorno onde está inserida, tornando-a menos agressiva e com maior contato entre interno e externo, respeitando ainda assim a natureza dos acontecimentos no ambiente interno.

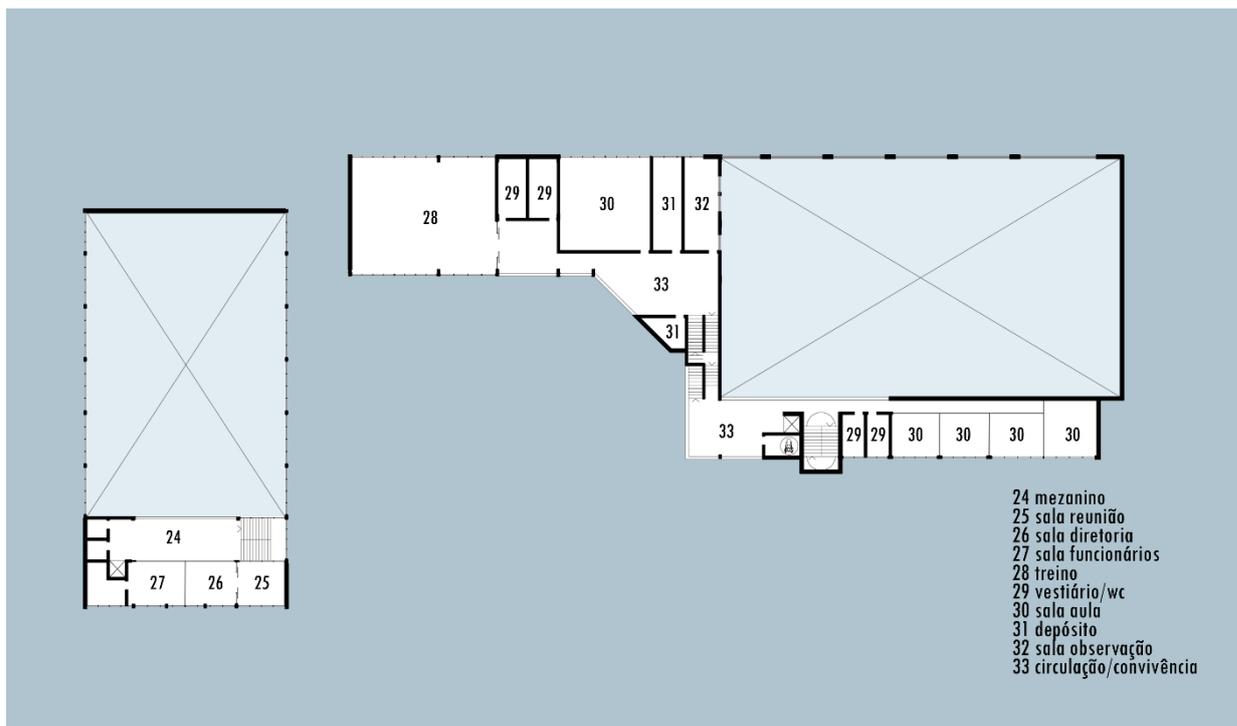


Figura 106 - - Planta Baixa Reabilitada - 1º PAVIMENTO. Fonte: produzido pela Autora.

Internamente, os espaços foram reformulados levando em conta a natureza de suas atividades e necessidades de acesso. Desta forma o pavimento térreo continua com o auditório que tem o uso justificado, e a adaptação formulada para a cozinha industrial e espaços de apoio ao ginásio, ambientes que em conjunto podem fortalecer os eventos sediados no ginásio poliesportivo.

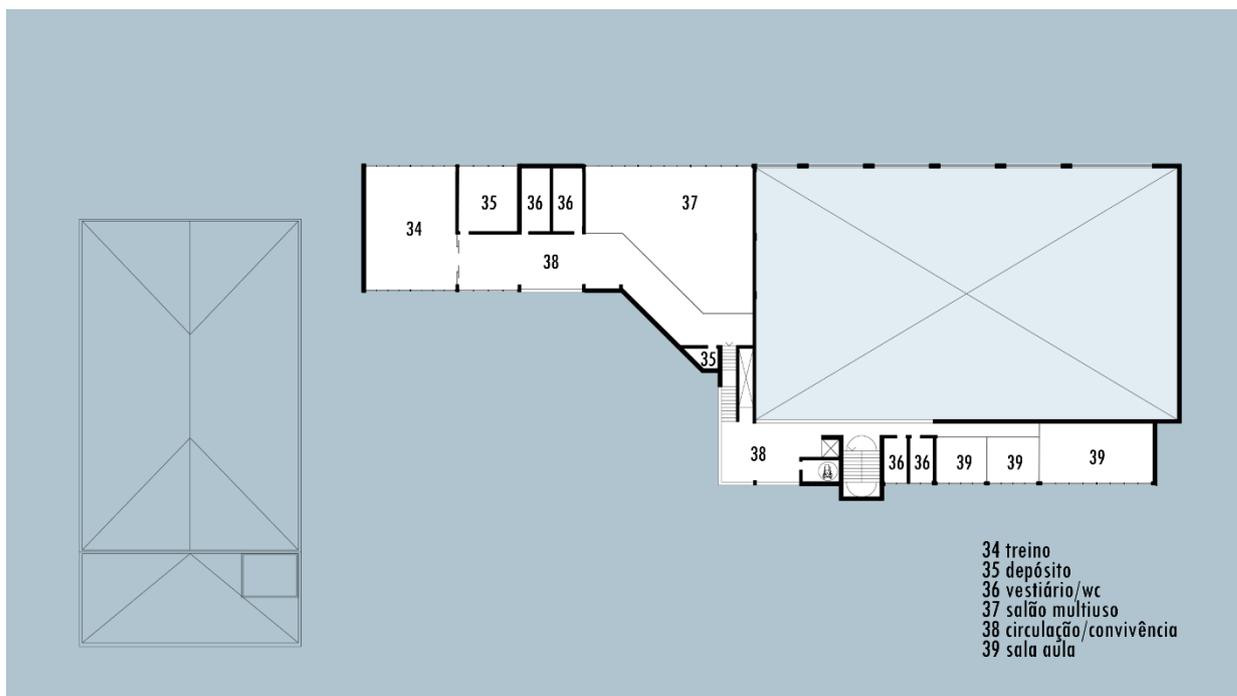


Figura 107 - Planta Baixa Reabilitada - 2º PAVIMENTO. Fonte: produzido pela Autora.

Nos níveis acima, as vedações internas dos ambientes foram desestimulados, fazendo o uso do vão livre que separam visualmente o espaço através da circulação, a opção por fechamento de alguns espaços através de divisórias refletem a importância da flexibilidade dos espaços e sua capacidade em se adequar as necessidades e usos futuros provocados pelas transformações sociais.

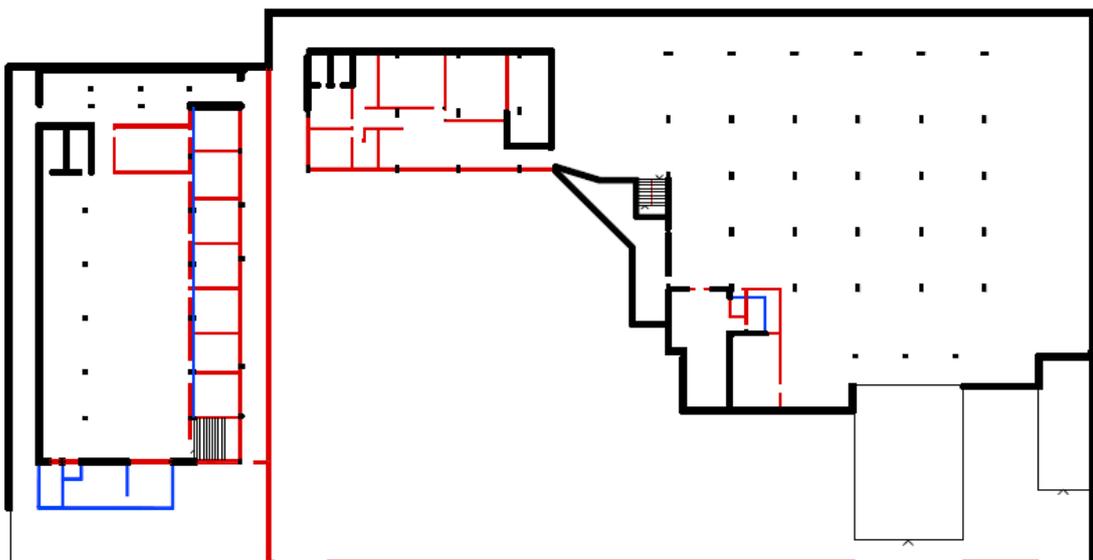
A flexibilidade foi adotada como um dos meios de resposta a rigidez e precariedade dos espaços oferecidos pelo instituto, visando uma relação dos espaços moldáveis capaz de proporcionar de maneira ampla e democrática as experiências de acordo com as dinâmicas nela produzidas.



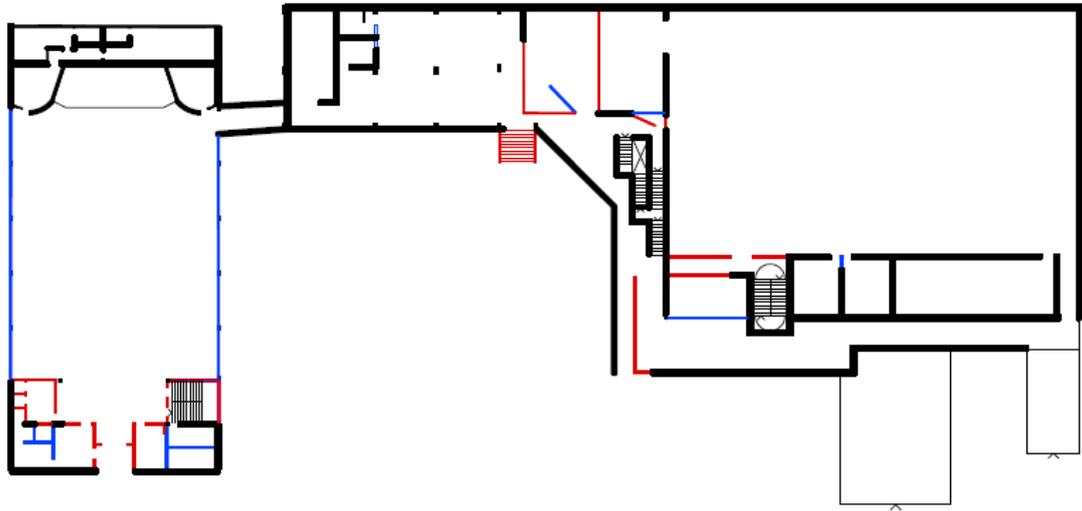
Figura 108 - Fachada final da proposta de reabilitação do Instituto. Fonte: produzido pela Autora.

Assim, essas propostas contribuem para maior atração da população ao Instituto Cultural, ampliando a oferta de serviços, estreitando as relações da instituição com a comunidade, além de propor conexão urbana e física do espaço coletivo, público e privado.

Seguem abaixo as plantas de demolição dos 4 pavimentos, identificados em vermelho a demolir, em azul a construir e em preto a permanecer.

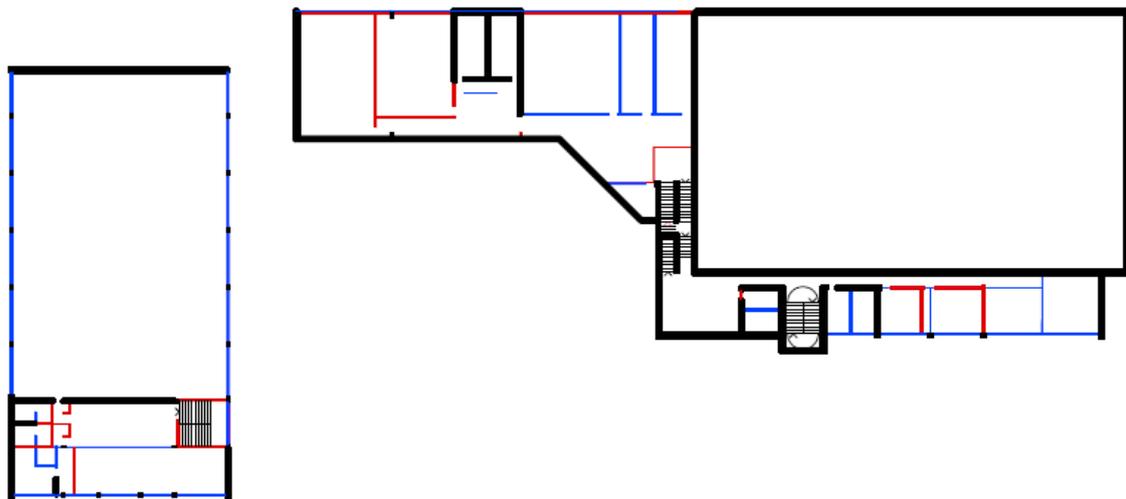


CENTRO CULTURAL NIPO BRASILEIRO
PLANTA BAIXA
PAV. SUBSOLO

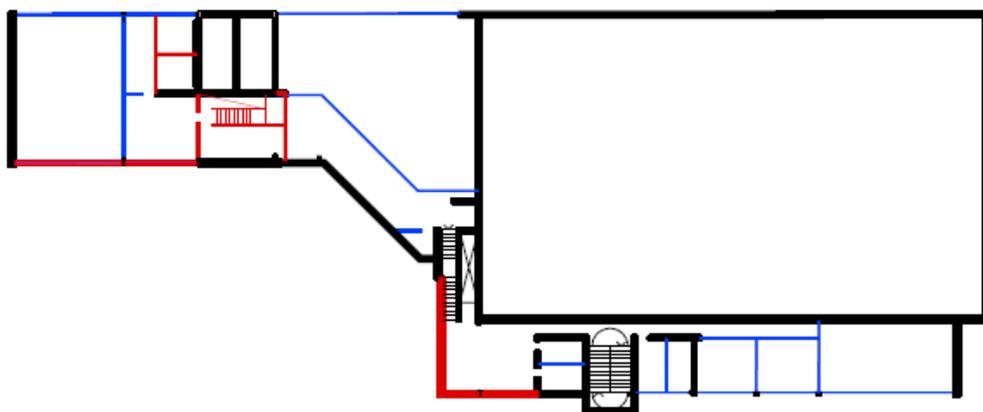


CENTRO CULTURAL NIPO BRASILEIRO
PLANTA BAIXA
TÉRREO
ESCALA 1:500

]



CENTRO CULTURAL NIPO BRASILEIRO
PLANTA BAIXA
PRIMEIRO PAVIMENTO
ESCALA 1:500



CENTRO CULTURAL NIPO BRASILEIRO
PLANTA BAIXA
SEGUNDO PAVIMENTO
ESCALA 1:500

Figura 109 - Plantas de demolição e construção, pavimentos subsolo, térreo, 1º pavimento e 2º pavimento. Fonte: produzida pela Autora.

Considerações Finais

Os estudos aqui desenvolvidos procuraram entender as relações dos espaços públicos e coletivos, como espaços para o exercício da cidadania e representações culturais, demonstrando a importância do processo de exercício do espaço e as relações urbanas que tais espaços podem estimular a acontecer.

O processo de desenvolvimento e globalização acaba por produzir espaços segregados na malha urbana, influenciados pela carência de sentimento de comunidade e de pertencimento, aliado a crescente onda de violências, estes espaços ficam desconexos ao contexto no qual estão inseridos. Fatores como esses distorcem a função verdadeira do espaço, desequilibrando a relação dos espaços públicos e privados, condicionando o surgimento de espaços com dinâmicas de atividades para dentro dos seus interiores, produzindo uma visão distorcida de maior segurança. Afinal, um espaço de qualidade que pode oferecer segurança é aquele em que se enclausura interrompendo o contato externo, ou no qual não se tem necessidade por proteção já que o espaço por si só se consolida em meio as dinâmicas? Equipamento de lazer encarcerado na sociedade contemporânea é, entre muitas interpretações possíveis, o reflexo antropológico das dinâmicas urbanas produzidas nos espaços públicos ao seu entorno, podendo esta ser um dos principais diagnósticos no que tange a esfera da qualidade dos espaços.

Logo, a necessidade em se compreender os aspectos dos espaços e a que estes se destinam é um processo fundamental para entender as dinâmicas nelas produzidas e alcançar intervenções urbanas eficientes a fim de trazer de volta as relações sociais no âmbito dos espaços públicos e coletivos.

Da mesma forma, as ações culturais enquanto processos aglutinadores de criação e produção cultural produzem reflexos de expressões culturais, fator determinante para que o indivíduo possa apreender a cultura, sendo o personagem ativo na relação da comunidade, capaz de revitalizar as relações sociais.

Diante do cenário, é possível constatar que a adoção de reabilitação dos edifícios construídos tem se tornado uma alternativa buscada para através desta intervenção, alcançar a reativação do centro, praça, ruas e edifícios de valor simbólico ou cultural.

Desta maneira, o estudo que se dividiu em duas partes – referencial teórico e posterior análise de dados e formulação da proposta – primeiramente propiciou análise de diversas relações do espaço com o indivíduo, capacitando a análise reflexiva sobre o ICNBC e sua

relação com a comunidade, entorno e com os próprios usuários, trabalhando na importância da apropriação de espaços públicos e espaços culturais para potencialização dos seus usos.

Para o desenvolvimento do estudo proposto – reabilitação de um edifício cultural – houve preocupação tanto em valorizar os programas já existentes ao Instituto, bem como a opção por se inserir novos usos e quais estes seriam, sendo embasada a decisão nos estudos anteriores e nas entrevistas realizadas com os diretores da instituição.

É necessário admitir que âmbito do uso privado das propriedades para fins de lazer e cultura é uma realidade presente na sociedade. Não é possível erradicar por completo as barreiras físicas e subjetivas que separam os espaços e tampouco o Estado consegue atender as demandas e necessidades por espaços públicos de qualidade em todas as localidades. Diante desse quadro de desigualdades, acreditar na arquitetura e urbanismo como papel fundamental para intermediar a relação destes espaços e requalificar os ambientes de forma efetiva significa também lutar por uma cidade mais justa e democrática a população.

Referências

ACSELRAD, Henri. Discursos da sustentabilidade urbana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S.l.], n. 1, p. 79, maio 1999. ISSN 2317-1529. Disponível em: <<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/27>>. Acesso em: 7 nov. 2018.

BORJA, Jordi. **Espaço público, condição da cidade democrática**. Arquitectos, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/06.072/353>> Acesso em: 24 set. 2018.

CHUN, Daniel. **Espaço público e conexões urbanas (TFG)**. Disponível em: <<https://www.usjt.br/arq.urb/numero-09/15-daniel-chun.pdf>> Acesso em: 4 out. 2018.

DE SOUZA, Hely Rodrigues Vieira. **Espaço cultural, espaço público**: estudo sobre as políticas culturais brasileiras e as relações de poder nos espaços Lagoa do Nado. Centro Cultural UFMG e Palácio das Artes, 2012. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/MPBB-8WGPM7>> Acesso em: 24 set. 2018.

LEFEBVRE, Henri. **O direito a cidade**. São Paulo: Centauro 2001.

RAMOS, Luciane Borges. **O centro cultural como equipamento disseminador da informação**: um estudo sobre a ação do Galpão Cine Horto. Maio 2007. Escola de Ciência da Informação, UFMG. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/VALA-74QJRP/mestrado___luciene_borges_ramos.pdf?sequence=1> Acesso em: 17 nov. 2018.

SERDOURA, F. M. e SILVA, F. N. **Espaço público. Lugar de vida urbana**. Departamento de Engenharia Civil, Universidade do Minho, Portugal, 2006, n 27, p. 5 – 16, Jan 2006. 2º Congresso Luso Brasileiro. Disponível em: <http://www.civil.uminho.pt/revista/artigos/Num27/n_27_pag_5-16.pdf> Acesso em: 7 nov. 2018.

VIEIRA, R. L. A. e SOUZA, H. R. **Espaço publico e cultural local na cidade contemporânea**: um breve olhar sobre os espaços de arte e cultura na cidade de Santo Antônio de Jesus/BA. V Simpósio Cidades médias e pequenas da Bahia. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/ascmpa/article/viewFile/5599/5348>> Acesso em: 4 out. 2018.

KOBAYASHI, Maria K. Takahara. **A comunidade japonesa de Campinas**: História do ICNBC. S São Paulo: Komedi, 2006.

Site da Prefeitura Municipal de Campinas. <<http://www.campinas.sp.gov.br/>>

FUNDAÇÃO SEADE. **Anuário Estatístico Do Estado De São Paulo**, 1995.

IBGE, últimos censos de 1990, 2000, 2010. <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/campinas/panorama>>

IDHM Índice de desenvolvimento humano municipal: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD

Mortalidade infantil: Ministério da Saúde, Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde - DATASUS 2017

Densidade demográfica: IBGE, Censo Demográfico 2010, Área territorial brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2011